

A Zona da Mata em Minas Gerais. 1888-1904: As Dimensões Políticas

The Zona da Mata in Minas Gerais State. 1888-1904: Political Dimensions

Peter Louis Blasenheim

Tradução de Maria Domingues Bitarello

Quando o Visconde de Ouro Preto, um senador mineiro do Império e último primeiro-ministro do Imperador, garantiu ao Senado, em junho de 1888, que o republicanismo não era uma ameaça à monarquia, o mesmo valia para sua própria província¹. A maioria dos republicanos de lá eram cafeicultores de linha realmente conservadora, enfurecidos com um regime político no qual, nas palavras de Ouro Preto, “não lhes será permitido chicotear míseros negros”². O primeiro-ministro sabia muito bem que os grupos republicanos em Minas eram fracos e desorganizados até a abolição sem indenização dar um empurrãozinho com a vinda dos raivosos fazendeiros que deserdaram dos partidos monarquistas na última hora.

Nacionalmente, o movimento era muito mais forte no oeste e na capital de São Paulo e na cidade Rio de Janeiro. O Manifesto Republicano, publicado no Rio em 1870, apelidou o federalismo como a panacéia para os problemas da nação. Esta ideia agradou os fazendeiros paulistas que torciam para que a descentralização trouxesse mais poder político a sua rica província em detrimento do Nordeste decadente. Os grupos urbanos, particularmente no incipiente setor industrial brasileiro,

¹ Este artigo é baseado e extraído do sexto capítulo de minha tese de doutoramento: ver BLASENHEIM, Peter Louis. *A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906*. Tese (PhD diss.) - Stanford University, 1982. Para fins de edição e publicação, as extensas citações daquela versão foram omitidas, salvo pelas fontes que incluem citação direta. As citações completas se encontram no capítulo original. As principais fontes de pesquisa deste artigo foram a imprensa da Mata, particularmente *O Pharol* e o *Diário de Minas*, de Juiz de Fora, e a *Gazeeta de Leopoldina*, os *Annaes* do Congresso do Estado de Minas Gerais referentes aos anos estudados fontes secundárias sobre a história de Minas disponíveis em 1982.

² Citação em JOSÉ, Oíliam. *A propaganda republicana em Minas*, Belo Horizonte: Álvares S/A, 1960, p.89.

andavam insatisfeitos com o ritmo das mudanças no Império e pensavam que as instituições republicanas modernizariam o Brasil. Da mesma forma, os oficiais do exército que instauraram a República através do golpe de Estado de 15 de novembro de 1889 assumiram que a inovação política impulsionaria o desenvolvimento econômico.

Mas a avaliação de Ouro Preto acerca do movimento em Minas estava correta. Antes da abolição em 13 de maio de 1888, grupos republicanos formados por estudantes e profissionais se organizaram em algumas cidades mineiras, incluindo Juiz de Fora. As ideias destes ditos republicanos “históricos” eram vagas, embora também torcessem para que o federalismo, que associavam à democratização, modernizasse o país. Frustrados pela derrota eleitoral, eles receberam os fazendeiros conservadores de braços abertos, muito embora às custas de um obscurecimento ainda maior de sua ideologia.

A tática funcionou. Em novembro de 1889, o Partido Republicano de Minas (PR) já respondia por 30% dos eleitores da província. Carecendo ainda de uma base ideológica, o PR estava estreitamente associado aos interesses regionais das zonas cafeeiras de Minas, uma vez que o grosso do partido era formado por antigos senhores de escravos da Mata e do Sul. Os líderes históricos e seus recrutas de última hora, todos juntos sob os holofotes por conta de uma revolução política que colocou o PR no governo de Minas, estavam dispostos a quebrar a hegemonia política da antiga zona mineradora, o Centro, que se manteve fiel ao Império.

Este ensaio centra-se no papel que teve a Mata no realinhamento de forças políticas interregionais precipitado pelo golpe republicano. As duas zonas cafeeiras desafiaram o status quo político em Minas exigindo mais representação nas chapas eleitorais para as assembleias constituintes federais e estaduais do que os políticos do Centro estavam dispostos a aceitar. Em 1890, muita tinta foi derramada sobre a questão dos procedimentos de nomeação que decidiriam qual das duas facções controlariam o PR: os históricos, a maioria deles respondendo pelas zonas cafeeiras, ou os “adesionistas” das cidades mineradoras mais antigas, que haviam aceitado a República como um *fait accompli*. As dimensões regionais da disputa ficaram ainda mais claras em março de 1891, quando a assembleia constituinte do estado reuniu-se em Ouro Preto. Para acabarem com a dominação do Centro, as zonas cafeeiras reclamavam uma nova capital para o estado (*mudancismo*) que substituísse a antiga cadeira administrativa portuguesa em Ouro Preto. Os matenses queriam também a autonomia municipal, já que conservaria os impostos sobre o café nos municípios de produção cafeeira.

O que as zonas cafeeiras realmente queriam era mais reconhecimento em troca de sua contínua participação no que o historiador John Wirth descreve como o sistema mini-federalista mineiro, através do qual regiões com poderes político e econômico desiguais barganhavam pelos escassos recursos de Minas. Isso explica por que a batalha em curso dentro do PR era a mais importante questão em jogo. O controle do partido governante daria aos líderes das duas facções rivais – que eram os patrões politicamente mais influentes de suas respectivas zonas – a última palavra em relação à distribuição do clientelismo político e aos rendimentos estaduais entre as regiões. Isso se dava porque esses “super-chefões” montavam as chapas do governo oficial, ou situacionista, para conseguirem importantes cargos políticos e, com a ajuda da polícia, geralmente determinavam o resultado das eleições. No final, mudancismo e autonomia municipal entraram na Constituição, mas o Centro teve a última palavra nestas questões precisamente por essa representação majoritária através do partido do governo.

O confronto atingiu seu pico em 1892, quando uma revolta regional no Sul de Minas derrubou o PR e intimidou o Centro a conceder às zonas cafeeiras mais controle do sistema político. O Partido Republicano Constitucional (PRC), instituído pelos chefões em 1893, institucionalizou a dinâmica cambiante de poder entre as zonas. Na década de 1890, sulistas e matenses já dominavam a Comissão Executiva do PRC (que montava as chapas “situacionistas” para os cargos políticos), a legislação estadual e, após 1898, o gabinete do governador. Ao mesmo tempo, as regras implícitas de mini-federalismo proibiam as zonas cafeeiras de monopolizar os recursos financeiros de Minas até mesmo quando o equilíbrio das forças políticas passou a pender para o lado delas. Contudo, contavam, sim, com a maior fatia do bolo.

Os matenses, no entanto, seguiam insatisfeitos pelo fato do Sul ter saído na frente da Mata na revolta de 1892. Silviano Brandão, um sulista, liderou a facção mais forte do PRC, composta principalmente de apadrinhados de sua região. Uma disputa entre as lideranças rivais dentro do PRC, com hostilidade exacerbada entre as duas zonas cafeeiras, dividiu o partido em 1897. Dois anos depois, os ressentimentos políticos dos matenses foram expostos quando um amargurado litígio a respeito de um imposto territorial pesou desproporcionalmente sobre os cafeicultores e lhes deu a chance de desafiar a facção dominante e “Silvianista” do governo. O desfecho foi que Silviano concedeu à Mata mais controle dentro do novo partido mineiro, o famoso Partido Republicano Mineiro (PRM), fruto do cisma dentro do PRC e que havia governado Minas até a Revolução de 1930. Francisco Sales, o sucessor de Silviano, de um lado confirmou tais concessões integrando os anti-silvianistas mais extremistas da Mata após

1902 e, de outro, confirmando o realinhamento de poderes entre as zonas cafeeiras, em 1904, quando empreendeu um alardeado circuito da Mata. Do ponto de vista da Mata, a guinada de poder desencadeada pelo golpe de Estado republicano havia chegado ao fim.

A partir de 1904, a crise de superprodução do café brasileiro da década de 1890 havia se somado ao declínio da produção da porção sul da Mata como incentivo à guinada da região, do café para a pecuária e a agricultura. Tais atividades econômicas já haviam sido almeçadas desde o encerramento do ciclo da mineração, no século XVIII, no restante de Minas, ou seja, nas vastas regiões ao norte dos municípios cafeeiros e genericamente chamados de “o Campo” pelos mineiros da Mata e do Sul. Isto significava que os conflitos entre as zonas cafeeiras e agropastoris de Minas também estavam chegando ao fim³. Na verdade, essas mudanças foram corroendo a essência do regionalismo mineiro, que tinha suas raízes fincadas nas diferenças econômicas entre as regiões.

Mais do que descrever os eventos assinalados acima, este ensaio analisa como e porque o sistema de acomodação regional de Minas resistiu aos choques da década de 1890. Para tal, é preciso correlacionar a política intra e interregional. Os chefes locais (coronéis), as estrelas políticas em ascensão e os chefões regionais bem-estabelecidos formaram as alianças políticas concorrentes com a finalidade de extorquir seus rivais e aumentarem suas influências. Estes acordos verticais, que eram mantidos à base de recompensas e obrigações recíprocas, deixavam todos os políticos de Minas dependentes do apoio vindo de fora de suas próprias zonas. Isso explica a diretriz tácita do mini-federalismo, que exigia que as regiões compartilhassem os recursos do estado, ainda que de forma desigual. Contra-correntes políticas dentro e entre as zonas também enfraqueciam as facções estabelecidas regionalmente, o que, às vezes, parecia ameaçar a integridade política de Minas.

O importante fato revelado pela estrutura do mini-federalismo foi que os mineiros consideravam seu estado, e não sua região, como o palco de suas atividades políticas, até mesmo no auge dos confrontos trazidos pelo golpe republicano. Sempre que os interesses da região e do estado entravam em conflito, eles ainda assim entendiam que sua posição política tinha como base as demandas regionais no que tange à lealdade a Minas – e se justificavam desta forma. O litígio do imposto territorial é um exemplo disso. Da mesma forma, os agitadores das revoltas regionais, e até os das campanhas separatistas durante a turbulenta década de 1890, jamais tiveram a intenção de desmembrar seu estado; eles só queriam

³ BLASENHEIM, op. cit., p.247-259.

aumentar suas quotas advindas dos recursos de Minas em detrimento das demais zonas. Em suma, a lealdade em Minas – o mineirismo – sempre foi mais convincente que o regionalismo.

A determinação dos mineiros de, uma vez no Rio, clamar em uma só voz, confirma essa premissa. Rivalidades entre os parlamentares federais do estado, que refletiam os rachas do PR, quase levaram a uma intervenção federal em 1890 por conta dos laços estabelecidos entre diferentes facções e os concorrentes pelo poder nacional. Seja qual fosse o equilíbrio de forças regionais no estado, todos os mineiros abominavam a perspectiva de uma intervenção federal. Para evitá-la, forjar uma delegação federal unida foi a prioridade central dos fundadores do PRC, em 1893. Quando o PRM sucedeu o PRC, quatro anos depois, a ameaça de uma intervenção já havia retrocedido, mas agora Minas precisava de uma delegação monitorada de perto para obter acesso a recursos federais a fim de compensar o declínio nos rendimentos do café.

A longo prazo, o sistema de negociação regional em Minas emergiu mais forte do que nunca das disputas da década de 1890. Isso porque a transição de poder entre as zonas forçou os mineiros a reafirmarem sua lealdade ao estado e equilibrou o sistema ao permitir que as duas zonas mais abastadas desfrutassem da maior parte dos recursos do estado. De fato, conforme sugere a política de Minas no final do Império, o realinhamento de forças regionais já era há muito esperado.

Política na Mata às vésperas da República

Em Minas, os colonos do Centro e do Sul geralmente levavam suas afiliações partidárias consigo quando migravam para a Mata para se tornarem plantadores de café. A política da Mata, conforme escreve o ensaísta Furtado Portugal, foi personalista e oportunista durante o Império. Duas semanas antes do golpe republicano, um líder juizforano descreveu os diretórios locais dos partidos monarquistas como “cliques mal organizados” e lamentou a “estagnação do sistema partidário”⁴.

Os diretórios do partido, controlados pelos coronéis, eram as instituições políticas chave nos municípios. Além do clientelismo a nível local, elas informavam os líderes provinciais e nacionais do partido sobre quem eram os cabeças políticos em cada um deles. Por sua vez, os donos do poder dentro do partido em Ouro Preto e no Rio reconheciam os chefes locais que haviam demonstrado manejo político como porta-vozes destes municípios. Essas relações clientelistas exigiam que os coronéis

⁴ *O Pharol* (Juiz de Fora), 31 de outubro, 1889, p.1.

apoiassem suas respectivas e pré-estabelecidas chapas partidárias em tempo de eleição; como recompensa, os chefes municipais teriam acesso a quaisquer recompensas políticas e econômicas à disposição de seus patronos.

Os municípios da Mata dominados por uma única família tornaram-se redutos de um único partido político durante o Império. Foi o caso em Leopoldina e na vizinha Cataguases, o coração do nono distrito eleitoral da província, ambas bastiões do Partido Conservador graças aos clãs Monteiro/Galvão de São Martinho e Vieira. Essas antigas famílias mineiras já eram ligadas ao partido antes mesmo de se mudarem do Centro para a Mata, em 1840.

A disputa pelo controle político em Ubá e em Rio Branco, os mais importantes municípios do oitavo distrito, foi quente. Fazendeiros-políticos rivais com frequência recorreram à violência, bem à maneira de suas contrapartes do sertão nordestino do Brasil. Carlos Peixoto de Melo liderou os conservadores, enquanto Cesário Alvim enfrentou Carlos Vaz de Melo pela liderança do Partido Liberal.

Com sua grande concentração urbana em Juiz de Fora, as rivalidades políticas no décimo distrito eram normalmente contidas pela imprensa. Como no oitavo distrito, a força dos partidos monárquicos fora dividida. Os barões de Santa Helena e de Juiz de Fora, ambos fazendeiros de destaque, e Francisco Bernardino Rodrigues Silva, um advogado importante, lideraram os Conservadores. Dois fazendeiros, o Barão de Itatiaia e o Visconde de Monte Mário, e um médico, João Nogueira Penido, presidiram os liberais. Estes líderes partidários eram ativos na indústria local, no comércio, nas associações públicas e privadas e na ferrovia Piauí, sediada na cidade.

De uma perspectiva regional, uma identidade singular da Mata não chega a se desenvolver até os anos 1870. Eis uma das razões pela qual o Centro dominou a Assembleia provincial nos últimos anos do Império. Mais importante ainda, para aumentar os rendimentos do café, a Assembleia assinou embaixo do *boom* ferroviário e apoiou a imigração, primeiro para a Mata e, em seguida, para o Sul. A Mata, em contrapartida, aceitou o *status quo* político.

Compreensivelmente, no entanto, quanto mais o tesouro provincial dependia dos impostos sobre o café, mais os porta-vozes de ambas as zonas cafeeiras se ressentiam da hegemonia política do Centro. A garantia de concessões ferroviárias, eles argumentavam, era o mínimo que a Assembleia poderia dar aos fazendeiros que não gozavam de poder deliberativo tão grande (com relação à distribuição da riqueza em Minas) quanto suas contribuições para os cofres provinciais lhes asseguravam.

Uma disputa a respeito dos salários dos professores, que esteve várias vezes em pauta na Assembleia, ressaltou este ponto. É bom lembrar que a Mata reclamava maiores salários para os professores da região, mas o Centro vetou essa ideia sob alegação de que salários distintos para diferentes zonas dariam um precedente “regional e não-patriótico”. O Centro, portanto, esperava sempre algum retorno dos recursos públicos investidos nas zonas cafeeiras.

A abolição sem indenização foi tomada pelos fazendeiros como uma ameaça imediata à economia cafeeira, contrária a suas frustrações relativas à fraqueza política da Mata, acumuladas desde a década de 1870. É evidente que o verdadeiro alvo da controvérsia gerada pela indenização era o governo imperial e não os políticos do Centro que controlavam a Assembleia. No entanto, quando os fazendeiros descontentes deserdam os partidos monárquicos e juntam-se aos republicanos, trazem consigo essa insatisfação com a situação política em Minas. No final das contas, a decisão do Império de não compensar os senhores de engenho não os arruinou, a economia do café não entrou em colapso e a abolição fora concluída vários meses antes de o Exército inaugurar a República. Mas as queixas políticas das zonas cafeeiras estavam em pleno vigor, e os líderes das regiões pretendiam explorar o golpe militar para tomar à força o poder político do Centro.

Para explicar como isso se deu, precisamos nos aprofundar na evolução do movimento republicano em Minas, antes e depois da abolição. O historiador Oíliam José argumenta, convincentemente, que o movimento era fraco e desorganizado até 13 de maio, fato por ele atribuído à hostilidade elementar que os mineiros nutriam para com as ideias republicanas. Tais ideias podem ser um tanto vagas, mas o Manifesto de 1870 casava-se com o federalismo, ou seja, um desmembramento do poder do governo central e redistribuição para os “estados” e os municípios. Com exceção de alguns membros do Partido Liberal, a maioria dos mineiros foi cautelosa a respeito da descentralização por temer que esta “inovação radical” pudesse despertar uma democracia popular. O Manifesto só era interessante para alguns poucos profissionais que achavam que a monarquia impedia o progresso social e econômico do Brasil. Em contrapartida, fortes e bem disciplinadas organizações republicanas se desenvolveram em São Paulo e no Rio graças ao apoio de fazendeiros paulistas e de setores urbanos relativamente grandes.

Juiz de Fora impulsionou o maior núcleo republicano de Minas antes da abolição, mas mesmo este grupo era isolado e desorganizado. Vinte e nove eleitores do décimo distrito aceitaram o Manifesto em

1871, e um Clube Republicano de vida curta foi fundado na vizinha cidade de Rio Preto. O núcleo do município, contudo, só ressurgiu em 1885, quando o advogado Constantino Paleta se candidatou para a Assembleia provincial; ele obteve 41 dos 601 votos contados. Naquele ano, os “republicanos confessos” da cidade somavam apenas 23 e eram em sua maioria advogados, médicos e professores. Os republicanos do décimo distrito só estabeleceram um diretório que supervisionasse suas atividades políticas em 1887.

Somente cerca de 25 republicanos eram ativos nos importantes municípios matenses de Leopoldina, Cataguases e Ubá às vésperas da abolição. Como em Juiz de Fora, tratava-se de tipos de classe média. Em 1885, os republicanos do nono distrito colocaram Antônio Monteiro Manso para concorrer à legislação provincial, que acabou não se saindo melhor que Paleta. No ano seguinte, o núcleo de Cataguases fundou um clube dirigido por Joaquim Lobo Leite Pereira, cujos irmãos Américo e Fernando eram organizadores republicanos em Leopoldina e Juiz de Fora.

Em outras partes de Minas, o movimento também teve poucos adeptos. Em Ouro Preto, o Manifesto despertou o interesse de engenheiros associados com a Escola de Minas da capital. O grupo ouropretano, que contava com 49 membros em meados de 1888, foi liderado por João Pinheiro da Silva, um advogado e três engenheiros, Antônio Olinto de Santos Pires, Domingos José da Rocha e Leônidas Botelho Damásio. Na década de 1870, clubes foram também organizados em Campanha, no Sul, e em Diamantina, no Norte, mas os membros eram, em sua maioria, liberais ou ex-liberais que adotaram o rótulo republicano por ansiarem, também, pela descentralização.

O movimento republicano teve uma melhora dramática de destino imediatamente após o 13 de maio. Como observou “A Província de Minas”, o órgão do Partido Conservador da província, em 12 de junho de 1888:

Sorprehende e contrista a attitude de chofre ultimamente assumida em diversos municipios da matta, maxime no nono districto [Leopoldina e Cataguases], por muitos cidadãos presimosos, antigos e dedicados membros do partido conservador, que se têm declarado republicanos ou tolerado que outros os proclamem como taes.⁵

Talvez na esperança de recuperar alguns desertores, “A Província” não culpou os fazendeiros em si por essa “radical mudança de credo

⁵ JOSÉ, Oiliam, op. cit., p. 98.

político”, mas antes os “perigosos agitadores” que exploravam a questão da indenização.

É verdade que os republicanos mineiros pretendiam tirar total proveito da ira dos fazendeiros. Mas o que José descreve como a “republicanização da Mata” aconteceu tão rapidamente que parece provável que os monarquistas carecessem de pouco incentivo para o deserto. Um dia após a publicação deste artigo, o deputado liberal de Juiz de Fora no Rio, João Nogueira Penido, declarou-se um republicano. O agente executivo de Cataguases, Eduardo Gama Cerqueira, e três deputados provinciais da Mata seguiram o mesmo exemplo dentro de poucos dias. Também em junho, clubes republicanos começaram a aparecer em toda a região. Os republicanos do nono distrito, o coração da economia mineira do café em 1888, elegeram Monteiro Manso para a Câmara Nacional quando o assento vagou, em julho.

Para incentivar essa tendência, republicanos proeminentes a nível nacional começaram a visitar a Mata. O propagandista Antônio da Silva Jardim, que chegou a Juiz de Fora pouco após a eleição de Monteiro Manso, comentou sobre o grande número de fazendeiros presentes em suas palestras, o que ele contrastava com os moradores da cidade que apoiavam o movimento no Rio de Janeiro. Em seguida, veio Quintino Bocaiúva, líder dos republicanos do Rio, que conseguiu realizar a terceira sessão do Congresso Republicano Federal em Juiz de Fora, em junho de 1889.

Republicanos de Ouro Preto também tomaram conhecimento dos eventos ocorridos nos municípios cafeeiros. Evidentemente, restaram poucos senhores de escravos na zona mineradora, razão pela qual os ouropretanos atraíam poucos recrutas até mesmo após a abolição. De qualquer forma, o núcleo organizou um diretório, em junho de 1888, e seu líder, João Pinheiro, convidou republicanos da Mata, do Sul e do antigo núcleo de Diamantina para a capital a fim de organizar o Partido Republicano de Minas. Acima de tudo, os ouropretanos almejavam liderar o movimento republicano provincial, em crescimento acelerado, ainda que contassem com um pequeno apoio local. Poderíamos definir tal intenção como a tradicional vontade do Centro de exercer a dominação; o que mudava nas zonas cafeeiras era somente o rótulo partidário dos eleitores.

O PR foi formalmente fundado em 15 de novembro de 1888 e, no ano que se seguiu, coordenou os núcleos republicanos espalhados por Minas e supervisionou as nomeações para os gabinetes provinciais e nacionais. Estabelecido na capital, o partido permaneceu fraco até o golpe militar, apesar do crescente número de clubes e diretórios da Mata

e do Sul que se afiliaram a ele. Não só os monarquistas do Centro se calaram, mas o Visconde de Ibituruna, nomeado presidente de Minas em junho de 1889, recorreu à polícia para perseguir membros do partido. Ibituruna não foi mais hostil aos republicanos da capital que a seus comparsas das zonas cafeeiras, mas os ouropretanos estavam mais vulneráveis por atuarem perto demais do palácio presidencial. A resposta do PR foi a clandestinidade e o despacho de João Pinheiro para a Mata para aconselhar os clubes republicanos a se tornarem sociedades secretas.

A crescente força eleitoral dos republicanos nas zonas cafeeiras explica a beligerância de Ibituruna. Em junho de 1889, Carlos Peixoto veio a ser o último senador imperial de Minas, mas o republicano de Diamantina, Joaquim Felício dos Santos, derrotou-o na Mata, inclusive no oitavo distrito (Ubá), base de Peixoto. Nas eleições para a Câmara Nacional, realizadas em julho, Leopoldina e Cataguases enviaram outro republicano ao Rio de Janeiro. Em Juiz de Fora, onde os partidos monárquicos ainda estavam fortes, o voto ficou dividido de forma bastante equilibrada entre os três candidatos, mas Paleta acabou, por muito pouco, ficando para trás. Isso significava uma segunda eleição sem os republicanos, o que levou a um acalorado debate no seio do diretório para saber se o partido deveria abster-se das eleições ou endossar o conservador Francisco Bernardino para enfraquecer o ministério liberal no Rio de Janeiro. Quando o presidente do banco, Monte Mário, um liberal, demitiu um funcionário republicano do banco, o diretório votou a favor de Bernardino, que ganhou com facilidade.

No resto de Minas, republicanos sulistas também começaram a ganhar as eleições após o 13 de maio. A região enviou dois republicanos para a legislatura provincial e um para o Rio, em 1888 e 1889. No Campo, o movimento ainda estava confinado ao grupo sitiado de Ouro Preto e ao núcleo de Diamantina.

Por precaução, a ideologia republicana sempre fora vaga, mas os profissionais urbanos que realmente queriam mudança política – advogados e médicos de Juiz de Fora e engenheiros de Ouro Preto – devem ter se perguntado que tipo de partido sairia desta aliança com os fazendeiros conservadores. Ambos os grupos queriam a descentralização, mas por razões diferentes, assim como eram diferentes seus motivos para derrubar o Imperador. Para os históricos de boa-fé, em oposição aos recrutas de última hora que se juntaram após a abolição, a “ideia federal” norte-americana era uma questão de princípio, em verdade, seu único princípio fortemente mantido. Uma federação de estados semi-autônomos composta por municípios igualmente semi-autônomos liberaria a energia criativa do Brasil, há séculos sufocada pelos monarcas lusitanos, inclusive por Dom Pedro II. Os lavradores também tinham

preferência pela autonomia municipal, mas apenas por ansiarem fazer uso da riqueza do café de Minas em seus próprios municípios.

A posição dos históricos com relação à abolição e à indenização sugere que não foi sem receio que iniciaram sua busca por uma aliança com os fazendeiros. Por todo o país, os líderes republicanos estavam sempre se esquivando da abolição, uma das razões pela qual atraíram os fazendeiros paulistas, mas em Minas, onde o movimento era restrito a um punhado de profissionais de classe média, vários republicanos pronunciaram-se publicamente contra a escravidão. Paleta e os irmãos Lobo haviam condenado a instituição, sem quaisquer reservas, por se tratar de um sistema de trabalho protegido por um sistema político retrógrado. Da mesma forma, quando Silva Jardim palestrou em Juiz de Fora, ele cuidadosamente distinguiu a escravidão, à qual se opunha, da indenização, a qual apoiava. Ainda assim, quando passou por Mar de Espanha, foi atacado por escravos libertos informados por monarquistas locais de que tinha a intenção de “matar a princesa e reinstaurar a escravidão”. O diretório de Juiz de Fora atribuiu a violência a bandos bem-disciplinados de ex-escravos organizados por monarquistas, mas estes ditos Guardas Negros aparentemente jamais existiram na Mata. No entanto, esse incidente certamente despertou os republicanos para os perigos da aliança com os fazendeiros. Ainda mais sugestivo foi quando o diretório disse aos antigos senhores de escravos para votar contra o conservador Carlos Peixoto para o Senado e endereçaram o apelo aos “republicanos e fazendeiros do décimo distrito”:

Essa é a primeira vez que os fazendeiros se manifestam desde 13 de maio. Peixoto foi eleito como anti-abolicionista, mas ele queria um recesso na Câmara para honrar aquele dia! Ele tem frequentemente manifestado oposição à indenização. Recuse-se a dar seu voto a este especulador político que carece de ideias, convicções e moralidade⁶.

Em suma, os históricos pré-abolicionistas ainda não estavam preparados para perder a identidade distinta que os definia como republicanos “genuínos”, embora estivessem dispostos a muito para conquistar votos dos fazendeiros.

Previsivelmente, os partidos monarquistas de Juiz de Fora acusaram os republicanos de oportunismo puro. Contra essas acusações, a direção, na defensiva, replicou que os antigos senhores de escravos apoiavam a causa do movimento por “legítimas convicções republicanas e não por despeito”. Mas, na verdade, a decisão de cooperar com os fazendeiros provocou um racha no núcleo de Juiz de Fora. Fernando

⁶ *Diário de Minas* (Juiz de Fora), 30 de setembro, 1889

Lobo, que liderou a facção minoritária, considerava a indenização, assim como a escravidão, parte do espólio da monarquia que não se enquadra no programa republicano

As queixas dos monarquistas eram verdadeiras, ponto que se confirma pelas declarações de políticos da Mata explicando suas razões para se tornarem republicanos após o 13 de maio. Gama Cerqueira, de Cataguases, atribuiu sua conversão à “fraude” cometida pelo Império contra as classes conservadoras. Penido jamais mencionou uma indenização, sustentando, ao invés disso, que sempre tivera uma “firme convicção republicana”; a inquietação dos fazendeiros, disse ele, havia lhe dado a oportunidade de divulgar suas ideias. Cesário Alvim, ex-chefe liberal de Ubá, juntou-se por causa de uma rixa pessoal com o Visconde de Ouro Preto, mas justificou sua decisão com a definição do republicanismo como a “onda do futuro”.

Será útil agora avaliar o caráter e a resistência do PR na manhã de 15 de novembro de 1889, quando o golpe militar no Rio de Janeiro tomou o partido de surpresa. Independente do quão vago fosse o programa, os históricos pré-abolicionistas, compreendendo no máximo algumas centenas de mineiros, estavam genuinamente comprometidos com o progresso social e econômico. Com algumas reservas, vinham desmerecendo suas “ideias republicanas” imprecisas e impopulares em todo o estado de Minas desde que a questão da indenização havia sido levantada. Essa estratégia havia elevado o número total de republicanos em Minas para aproximadamente 6.000, apenas 30 por cento dos eleitores da província, mas ao menos dois terços dos eleitores do oitavo e do nono distrito, cerca de um terço do décimo distrito e talvez entre um terço e a metade no Sul.

Para nossos fins, o fato importante é a concentração maciça de eleitores republicanos na Mata e no Sul. A distribuição regional da força republicana teve consequências enormes para o sistema mineiro de barganha regional. Isso ocorre porque o golpe militar, que transformou o PR no partido do governo do estado, deu às zonas cafeeiras a chance de desafiar o controle político do Centro.

A ofensiva política das zonas cafeeiras

Os matenses saudaram a República com grande entusiasmo. Já em 20 de novembro, os históricos que tecnicamente incluíam os recrutas da última hora da Mata, haviam sido instalados nas intendências provisórias de 17 municípios da Mata; o que havia sido arranjado com a ajuda do secretário federal do interior, Aristides Lobo, um republicano venerável

e associado ao núcleo do Rio de Janeiro. Monarquistas na região, assim como seus homólogos de toda Minas Gerais, anunciaram que iriam “aderir” ao novo regime.

Mas o presidente Deodoro da Fonseca negou aos históricos do PR controle sobre o governo estadual provisório quando nomeou o amigo Cesário Alvim, de Ubá, governador de Minas. Apesar de ser um republicano da última hora, Alvim era inaceitável para a maioria dos líderes políticos das zonas cafeeiras, sendo eles veteranos do movimento republicano e notáveis da intendência e do diretório de Juiz de Fora ou, como no caso de Alvim, recrutas da última hora que dominavam os municípios rurais. Oposições de ambas as facções emergiam das ligações do governador com os adesionistas do Centro, em especial seus companheiros ex-liberais que ele havia escolhido para preencher os postos de patronato.

Na verdade, graças à nomeação de Alvim, distinções entre os históricos começaram a se dissipar. Ao favorecer aliados na região mineradora, o governador expôs o real racha que existia no seio do PR, um entre os históricos das zonas cafeeiras e os adesionistas do Centro. A dimensão regional do conflito começou a entrar em destaque em fevereiro de 1890, quando João Pinheiro, líder do antigo núcleo de Ouro Preto, substituiu Alvim – que havia sido nomeado ministro do interior de Deodoro como governador de Minas. Pinheiro foi nomeado segundo governador provisório em troca de sua ajuda a Alvim quando esse assumiu a organização do PR na capital.

Em junho, o governo anunciou a chapa das próximas eleições para a Assembleia Constituinte federal e isso deu aos históricos das zonas cafeeiras a primeira abertura para desafiar os adesionistas do Centro. Elaborada por Alvim e Pinheiro, a chapa “conciliatória” dividiu-se irremediavelmente entre as duas facções. Alvim queria uma delegação que representasse uma ampla coalizão de mineiros politicamente experientes de todas as zonas e que, no Rio, defenderia os melhores interesses do estado. Na melhor das hipóteses, a inclusão de sete matenses (seis históricos e um adesionista) em uma lista de 37 nomes supra-representou a região e deu a entender que o líder ubaense fazia uma certa força para acomodar os históricos.

Mas Alvim acomodou adesionistas demais na chapa oficial, ou ao menos era o que alegava o diretório republicano de Juiz de Fora. Falando em nome dos republicanos “genuínos” do estado, os juizforanos agendaram uma reunião para 15 de agosto a fim de desafiar a chapa Alvinista. Para justificar o protesto, evocaram “princípios republicanos firmemente defendidos” associados, principalmente, à facção minoritária

de Fernando Lobo, os ditos “puristas” que haviam relutado em cooperar com os fazendeiros após a abolição. Nomeações para a chapa do governo, o diretório insistia, não deveriam ser “ditadas” pelo PR de Ouro Preto, mas emergir de organizações republicanas locais dos municípios mineiros recentemente autônomos. Essas organizações, lembramos, eram muito mais fortes nas zonas cafeeiras que em outras partes de Minas. Na realidade, os juizforanos exploravam uma questão ideológica para atrair os históricos para um movimento regional liderado a partir da cidade que desafiaria o controle do Centro sobre o PR.

Apesar dos apelos aos princípios democráticos, as reais motivações do diretório ficaram implícitas nos comunicados de imprensa anunciando a conferência iminente. Mais que evidentes, os “genuínos” (históricos) republicanos estavam concentrados nas zonas cafeeiras. O *Pharol*, jornal mais influente de Juiz de Fora, fazia alusão às implicações regionais do protesto ao descrever a polêmica sobre os procedimentos de nomeação como uma disputa entre Juiz de Fora e Ouro Preto. Juiz de Fora, alegava o jornal, tinha um direito moral na deliberação desta questão já que raízes da tradição republicana eram mais profundas aqui que na capital. Duvidoso ou não, uma vez claros os motivos para a conversão de eleitores do décimo distrito ao republicanismo, as duas cidades estavam de fato se tornando símbolos dos dois poderes oponentes nesta disputa pelo poder regional. Além disso, é irônico pensar que as notificações para a reunião, que criticava as práticas anti-democráticas de Alvim, foram assinadas por João Penido, assim como por Fernando Lobo. Penido havia aderido ao diretório em junho de 1888 somente após a vitória dos “pragmáticos” sobre os esforços de Lobo para excluir o tipo de recruta da última hora que era eleitoralmente poderoso, mas ideologicamente suspeito. Na verdade, o compromisso de Penido com as nomeações abertas resultou da sua exclusão da chapa por Alvim, seu inimigo político de velha data.

Enquanto O *Pharol* estava dando muita atenção aos “sagrados princípios republicanos” enfraquecidos, por sua vez, pelo ministro do interior, a posição dos históricos estava se deteriorando. Uma disputa entre Alvim e Benjamin Constant, ministro da educação de Deodoro, a respeito dos candidatos à presidência da Escola de Minas de Ouro Preto levou Pinheiro, que apoiava Alvim, a deixar o gabinete do governador em julho. Para preencher a vaga, Alvim escolheu o adesionista e ex-liberal Crispim Jacques Bias Fortes, de Barbacena, em vez de Antônio Olinto, o candidato dos históricos. Instigado por Constant, Olinto pensou em se empostar como governador com a ajuda da guarnição federal de Ouro Preto. O tiro saiu pela culatra quando Deodoro e a maioria dos mineiros, assustados com a perspectiva de uma intervenção federal em

Minas, reagruparam-se em torno de Alvim e Bias. Na véspera da reunião de protesto, portanto, a demissão de Pinheiro havia não só negado aos históricos acesso a Alvim como o golpe abortado havia abalado o “patriotismo” deles.

Quando os “dissidentes” republicanos se reuniram em Juiz de Fora, a conferência foi anticlimática. No final, os votos dos manifestantes foram de 36-24 em favor da chapa oficial, provavelmente porque Alvim havia alistado tantos históricos. De maior importância, a reunião de agosto proporcionou aos dissidentes um fórum para expor suas reivindicações regionais, a real questão em jogo. Depois de aprovar a chapa do governo, eles endossaram o mudancismo e a autonomia municipal com convicção, os quais eram, na verdade, códigos para redistribuição de poder entre as zonas. Mas Alvim e seus aliados adesionistas do Centro, que ainda estavam no controle do governo de Minas, não estavam dispostos a ceder a estas exigências regionais, independente do número de históricos que eles haviam acomodado em junho. Por essa razão, a batalha entre os dissidentes e os “situacionistas” (Alvinistas) havia apenas começado. Alvim havia vencido apenas o primeiro turno.

Em novembro, o PR lançou sua chapa oficial para a Assembleia Constituinte do estado, amplamente composta de adesionistas e de alguns republicanos da última hora. Esta lista de 72 delegados incluía apenas oito Matenses, cinco dos quais eram adesionistas. Alvim, aparentemente, dava aos adesionistas representação majoritária, ou seja, ao Centro, pois considerava a Assembleia Constituinte do estado mais importante que sua referente federal. Os mineiros estariam estabelecendo a lei fundamental de seu novo estado “soberano”, e o líder “situacionista” intencionava que a Constituição perpetuasse o *status quo* político entre as regiões. Além disso, o resultado da reunião de agosto parece ter convencido Alvim de que, desde o início, ele havia superestimado a força dos históricos.

Mas desta vez Alvim calculou mal. No início de dezembro, os juizforanos anunciaram uma segunda reunião, prevista para o dia de Natal, para protestar contra “o descaso completo de Alvim pelos legítimos republicanos do Estado”. Com o apoio dos históricos na convenção do Rio para a chapa de oposição, a segunda conferência de Juiz de Fora foi mais dura e acalentada que a primeira. Desta vez, os dissidentes elaboraram sua própria lista, que incluía dezesseis matenses, a maior parte deles históricos. Adotando a mesma tática utilizada em junho pela “situação”, os manifestantes apelidaram sua cédula de “A Chapa Conciliatória do Partido Republicano em Juiz de Fora”. O controle do governo sobre a máquina eleitoral, bem como as milícias estaduais, garantiu a derrotados dissidentes na eleição de 25 de janeiro.

Mais uma vez, os dissidentes justificaram sua disputa com Alvim colocando em questão seus métodos de nomeação que, segundo eles, desafiavam a vontade popular manifestada nas eleições municipais livres. Mas já em 1891, ficava ainda mais claro que a disputa entre o grupo de Juiz de Fora e a “situação” tinha suas bases em interesses regionais conflitantes, não em ideias conflitantes. Por um lado, os manifestantes eram vagos quando se tratava da forma em que deveria ser conduzida a apresentação de candidaturas em eleições futuras, mas eles se mostraram fortemente a favor do mudancismo e da autonomia municipal que, agora, insistiam em adicionar à Constituição do estado. Por outro lado, os dissidentes mais astutos e politicamente experientes acertaram ao supor que eram, agora, antagonistas do conservador Alvim, já que apoiavam o conceito “radical” de eleições abertas quando tudo o que queriam era sua própria inclusão na lista de candidatos do governo.

A maioria dos dissidentes tinha o mesmo objetivo em mente, mas esses supostos “católicos” decidiram criar uma identidade distinta dentro do grupo de Juiz de Fora. Com este fim, organizaram o Partido Católico (PC) no calor da reunião de agosto. Os onze membros fundadores do PC incluíam oito matenses e três sulistas, dentre eles Francisco Bernardino, Carlos Peixoto, João Penido e Silviano Brandão. Embora o manifesto do partido lamentasse a recente dissolução da Igreja brasileira, o PC nunca foi adiante com a questão. Em vez disso, o rótulo católico era uma forma de assegurar Alvim de que os políticos mais influentes das zonas cafeeiras partilhavam de sua perspectiva conservadora. Esta estratégia funcionou bem; sete “católicos” apareceram na lista do governo para a Assembleia Constituinte do estado, muito embora as zonas cafeeiras fossem minoria. Em dezembro, uma vez cumprido seu propósito, o PC desapareceu.

Mas para a maioria dos dissidentes de Juiz de Fora, cujo apoio fora dado a uma lista de candidatos de oposição, uma rápida acomodação com o governo era impossível. Em fevereiro, um enfurecido Cesário Alvim começou a desmembrar o município de Juiz de Fora, local onde, segundo insistia, o poder estava enraizado dentro dum grupo pequeno de industrialistas políticos que não representavam os interesses legítimos do município. Descrito por O Pharol em uma série intitulada “O ódio contra Juiz de Fora”, o governo estadual delegou dois distritos a municípios vizinhos e confiscou os fundos reservados à drenagem de pântanos e à Academia de Comércio. Em junho, Alfredo Lage, um alvinista, comprou O Pharol, provavelmente com a ajuda financeira de Alvim. Também em junho, Alvim foi eleito governador pela Assembleia Constituinte do estado e usou seus recém-adquiridos poderes executivos para fazer de um dos seus, o adesionista e ex-conservador Francisco Bernardino, o responsável pela intendência de Juiz de Fora.

As alusões de Alvim aos industrialistas políticos são significativas, como o é o fato de ele nunca haver estendido sua campanha contra Juiz de Fora a outros municípios cafeeiros. Na verdade, o antigo núcleo de Juiz de Fora incluía apenas um industrialista, Bernardo Mascarenhas. Mas a frase era uma maneira eficaz de sugerir aos dissidentes conservadores dos municípios rurais que eles estavam sendo enganados pelos líderes “radicais” de Juiz de Fora.

Alvim falhou ao tentar provocar um racha entre as facções dissidentes, mais uma prova de que os juizforanos tinham um movimento regional em andamento e de que as distinções entre os históricos pré-abolicionistas e os recrutas da última hora haviam realmente desaparecido. O tiro de Alvim saiu pela culatra. Até fevereiro de 1891, os dissidentes opunham-se à política, não à pessoa de Alvim. Mas uma vez que ele começou a enfraquecer a fortaleza estabelecida pela dissidência em Juiz de Fora, a resposta foi a demonização do homem, condenado agora a tirano e ditador.

No auge da campanha contra Juiz de Fora, entre março e junho, a Assembleia Constituinte redigiu uma constituição para Minas. A convenção foi presidida por Afonso Augusto Moreira Pena, um adesionista e ex-liberal de Santa Bárbara, no Centro, e um dos mais proeminentes estadistas mineiros durante o Império. Pena havia conseguido evitar seu envolvimento nas disputas políticas em torno de Alvim e era um mestre da arte mineira da acomodação regional, uma habilidade esbanjada por ele na reunião de Ouro Preto. Embora os dissidentes ainda se ressentissem da sua exclusão da Assembleia, admitiam que Pena era a pessoa ideal para monitorar os debates. No final, mudancismo e autonomia municipal foram inscritos na lei fundamental de Minas, mas o Centro nada perdeu ao aceitar estes artigos, como veremos a seguir. Em julho, quando a constituição foi publicada, os dissidentes confessaram que a mesma havia sido escrita pelas “melhores mentes de Minas”. Ao divulgar suas demandas regionais, as quais haviam aparentemente sido levantadas pela convenção, o grupo de oposição havia cumprido seu papel e, logo, começou a perder sua identidade individual.

Os dissidentes, no entanto, não haviam desistido de sua vingança contra o governador. Mais importante, as concessões arrancadas do Centro na Assembleia Constituinte eram apenas declarações de intenção. Enquanto Alvim permanecesse no cargo, a distribuição regional de poder continuaria a favorecer a zona mineradora. Este era o conflito de base, entre o grupo de Juiz de Fora e a “situação”, que ainda estava por resolver.

Eventos no Rio deram aos dissidentes a chance de se livrar do governador. Em 3 de novembro, Deodoro fechou o Congresso Nacional,

um ato inconstitucional tolerado por Alvim. Previsivelmente, o ato do presidente contou com a resistência dos 14 históricos da delegação federal de Minas que havia apoiado a chapa natalina da oposição. Quando, três semanas depois, Deodoro foi por sua vez derrubado por um golpe “constitucional” liderado pelo vice-presidente Floriano Peixoto, a posição de Alvim em Minas ficou subitamente enfraquecida. O diretório de Juiz de Fora elogiou as “convicções genuinamente republicanas” de Floriano e insistiu na renúncia de Alvim por sua sanção à conduta inconstitucional de Deodoro. Enquanto isso, no Rio, Antônio Olinto substituiu João Pinheiro, aliado de Alvim, como porta-voz da delegação de Minas. Como em julho de 1890, Olinto queria derrubar o governador à força e tentou ganhar o apoio de Floriano para um golpe. Mas uma intervenção federal perturbava até mesmo os mais intransigentes, como Paleta e Lobo, e foi rejeitada de imediato pelos adesionistas mais poderosos do estado que expressaram seus pontos de vista ao novo presidente. No final, Floriano não interveio, e Alvim anunciou que cumpriria seu mandato como governador.

Alvim finalmente renunciou em fevereiro de 1892, na esteira de uma revolta regional no Sul. Em 30 de janeiro, alguns poucos históricos sulistas, irritados com mais uma eleição dominada pelo governador, proclamaram o Estado de Minas do Sul, direto de sua “capital”, Campanha. Os acontecimentos em torno da revolta são obscuros uma vez que, mais tarde, seus autores tentaram dissociar-se de seu ato “impatriótico”. Mas os líderes rebeldes tomaram a cidade com a ajuda de bandos armados formados por imigrantes italianos. A revolta não tinha esperança alguma de espalhar-se além de Campanha quando foi condenada pelos mais poderosos chefes do Sul, Silviano Brandão e Manuel Valadão, ambos campanhenses. Ainda assim, o governador concordou em deixar o cargo “para manter a integridade do Estado”, e era este o verdadeiro objetivo dos “revolucionários”. Alvim pode facilmente suprimir a junta com uma coluna militar enviada de Ouro Preto. Quando o vice-governador Eduardo Gama Cerqueira, republicano da última hora de Cataguases, assumiu em 9 de fevereiro, os rebeldes anunciaram sua vontade “plena” de voltar a Minas; Floriano os anistiou em abril.

A revolta de Campanha deu a chance a Carlos Vaz de Melo, antigo adesionista liberal de Viçosa, de acertar uma velha disputa com Alvim. Os chefes, ambos de municípios vizinhos na Mata, eram inimigos ferrenhos desde o final do Império, quando haviam disputado o controle do Partido Liberal no oitavo distrito. Com a ajuda de 800 capangas, Vaz de Melo depôs a intendência em 7 de fevereiro, quatro dias após o anúncio de renúncia de Alvim. Ao contrário dos campanhenses, que

havia proclamado “independência”, a junta de Viçosa simplesmente demitiu os nomeados locais de Alvim. O ato cronometrado de Vaz de Melo sugere que o golpe foi sua maneira de informar Floriano e os líderes políticos do estado que era ele o sucessor “legítimo” do governador, como chefe da Mata central e nortista. A ordem foi rapidamente restaurada em Viçosa, graças também às tropas expedidas de Ouro Preto, e Vaz de Melo proclamou sua lealdade ao governo estadual.

Em Juiz de Fora, os líderes dissidentes cuidadosamente evitaram envolvimento com quaisquer dos movimentos. Ficaram, no entanto, comprometidos por seu envolvimento na revolta de Campanha, a mais grave dentre as duas, por não a terem condenado até Alvim prometer sua renúncia. Ainda mais suspeito era Fernando Lobo, intimamente ligado aos rebeldes de Campanha, cidade em que nascera. Graças a seus laços com Floriano, Lobo estava prestes a assumir o cargo de Ministro do Interior do Brasil; o que tornou seu silêncio particularmente sinistro, já que estava em posição vantajosa para pedir uma intervenção federal caso Alvim não tivesse se demitido.

Alvim, no entanto, renunciou, um evento que marcou o fim do primeiro capítulo de reajuste de forças políticas no estado após o golpe republicano. Com Alvim fora do caminho e os dissidentes comprometidos por seu envolvimento na revolta de Campanha, membros isolados do grupo de Juiz de Fora estavam dispostos a chegar a uma acomodação com os adesionistas. Distinções entre históricos e adesionistas começaram a diluir-se, assim como as divisões entre as facções históricas ficaram borradas após 15 de novembro. A elite política apoiou publicamente Afonso Pena, o candidato de consenso para o mandato restante de Alvim, eleito em 31 de maio.

O primeiro sinal de que a balança de poder pendia para as zonas cafeeiras foi a nomeação de Silviano como secretário do interior pelo governador Pena, em julho. Essa foi a recompensa por ter alinhado os patrões sulistas contra a junta de Campanha. Silviano usou o novo cargo, que lhe dava controle sobre a polícia, para minar a força eleitoral de Alvim no Centro e na Mata, exatamente como Alvim havia enfraquecido a base dos dissidentes de Juiz de Fora. Ao mesmo tempo, estabeleceu as bases de uma facção silvianista na legislatura do estado, assegurando o alistamento de seus aliados sulistas, inclusive o de seu cunhado Júlio Bueno Brandão na chapa do governo para as eleições parlamentares, em 1894.

Sem dúvida o Sul saiu na frente da Mata após a revolta de Campanha, mas os matenses também se beneficiaram do fim de

Alvim. Um pouco sobre as origens e políticas do Partido Republicano Constitucional (PRC) ilustra esse fato.

O novo partido foi organizado em outubro de 1893 por Vaz de Melo, o chefe então mais poderoso da Mata, e Antônio Olinto, líder histórico. O objetivo dos dois era a criação de uma forte organização em todo o estado que mobilizasse a delegação federal que apoiava Floriano após a revolta da marinha brasileira contra o presidente, em setembro. Foi graças à decisão de não intervenção em Minas no ano anterior que Floriano conquistou a cooperação do estado. Está claro que quem quase havia provocado a intervenção federal havia sido Vaz de Melo e Antônio Olinto, mas só porque ambos levariam em conta qualquer medida para forçar a saída de Alvim. Alcançado o objetivo, eles eram os porta-vozes mais lógicos para os líderes políticos do estado, gratos por Floriano haver evitado tais medidas extremas. Em suma, Floriano tinha manobrado os mineiros com brilhantismo.

Em casa, o PRC supervisionava o sistema mini-federalista mineiro, o que na verdade significava a distribuição de clientelismo político de acordo com o novo equilíbrio de forças entre as zonas. Mais adiante analisaremos, em detalhe, como o partido funcionava. Basta dizer aqui o PRC foi dominado pelos principais chefes do estado: Silviano Brandão, do Sul; Vaz de Melo, da Mata; e Bias Fortes, do Centro, que sucedeu Pena como governador em 1894. Com Silviano como presidente do Senado e Júlio Bueno Brandão como líder “situacionista” na Câmara, os silvianistas se tornaram a mais poderosa das três facções durante o mandato de Bias (1894-1898), abrindo caminho para Silviano e seu próprio mandato como governador. Mas a Mata esteve bem representada no comitê executivo do PRC, não apenas por Vaz de Melo, como também por Necéssio Tavares, um juizforano e republicano da última hora. Dois dentre os cinco delegados originais do comitê, eles asseguraram que os matenses recebessem uma parte maior do clientelismo que a que teriam obtido dos partidos monarquistas ou do PR de Alvim.

O papel central de Antônio Olinto no PRC proferiu mais um golpe contra os “princípios republicanos” e ajudou a restaurar na política mineira a sua compleição original: negociação entre poderosos chefes representando regiões de força política e poder econômico desiguais. O comitê executivo proferiu as chapas oficiais; elas não “surgiram” nas organizações locais. Agora que a questão ideológica havia sido enterrada, o partido poderia acolher a todos, salvo os alvinistas mais extremistas, julgados monarquistas, e os pouquíssimos “radicais” republicanos que levavam as eleições abertas a sério. Na Mata, apenas Francisco Bernardino se encaixava no grupo anterior, e até ele foi integrado após 1894. Os

demais líderes políticos da região – homens como Paleta, Penido, Cerqueira Gama e Fernando Lobo –, todos encontraram um lar no PRC.

Reiterando, em momento algum as zonas cafeeiras tiveram a intenção de mudar as regras do mini-federalismo, muito menos de desmembrar o estado. Elas reclamavam apenas melhores condições. No auge da turbulência política da década de 1890, porta-vozes da Mata, do Sul e do Centro tentavam desesperadamente reconciliar suas diferenças, ao mesmo tempo em que se ameaçavam uns aos outros. Uma breve averiguação do mudancismo e uma análise bem mais minuciosa da autonomia municipal, as duas principais questões regionais debatidas na Assembleia Constituinte, apontam para este ponto.

Os mineiros vinham falando a respeito de uma nova capital desde a revolta de Tiradentes, em 1789, mas em 1890 essa ideia ficou associada às zonas cafeeiras. Segundo o biógrafo Fernando Lobo, os juizforanos “desfraldaram” a bandeira do mudancismo duas semanas após o golpe de Deodoro, quando O Pharol deu início a uma série de artigos sobre o assunto. Por razões topográficas, climáticas e de estagnação econômica, todas barrando o crescimento urbano, Ouro Preto não poderia seguir sendo a capital de Minas. Uma nova cidade, mais próxima do centro de gravidade econômica do estado, nos municípios cafeeiros atrairia jovens mineiros de talento que “atualmente são atraídos ao Rio e a São Paulo”. Estes eram argumentos antigos, mas com o café crescendo, Minas tinha agora os recursos para realizar este objetivo.

O papel de Juiz de Fora na história da fundação de Belo Horizonte – a capital mineira planejada e centralizada – é bem conhecido e não precisa se repetir aqui.⁷ O ponto a ser destacado é que a inclusão do artigo número 13 na nova Constituição Estadual, que estabelece uma nova capital, foi um claro sinal da guinada de poder regional da zona mineradora para os municípios cafeeiros de Minas. No entanto, como um testamento à propensão dos mineiros ao acomodamento, o local escolhido – a menos de cem quilômetros da antiga capital – foi o menos desagradável aos anti-mudancistas que, previsivelmente, tendiam a ser de Ouro Preto mesmo e que, previsivelmente, eram, além disso, liderados por Alvim.

A título de observação a respeito da campanha mudancista, note que Juiz de Fora era o símbolo e não a causa do movimento. É verdade que o mudancismo desencadeou uma guerra jornalística entre Juiz de Fora e Ouro Preto, uma batalha que culminou em setembro de 1890, quando os jornais de Ouro Preto pediram um boicote à cerveja e ao sabão

⁷ Este assunto é tratado com muito mais atenção em BLASENHEIM, op. cit., p. 299-305.

fabricado em Juiz de Fora e organizaram uma manifestação pública em protesto ao “denegrir constante da cidade mais gloriosa de Minas pela cidade mais perniciososa de Minas⁸”. E os juizforanos também opunham-se à substituição de última hora de Belo Horizonte por Vargem do Marçal (mais próxima de Juiz de Fora que Belo Horizonte), como local para a nova cidade, graças às maquinagens de Bias Fortes e Afonso Pena. Este protesto, no entanto, teve vida curta. Em poucos meses, a imprensa da Mata reportava com entusiasmo as atividades dos engenheiros a traçarem planos para a nova cidade. Na verdade, a campanha mudancista foi vitoriosa porque uma nova capital era há muito esperada e porque foi sancionada não só por juizforanos, mas por todos os mineiros, salvo raros ouropretanos extremistas.

A autonomia municipal ilustra ainda melhor a negociação regional que o mudancismo. Por um lado, era uma questão regional mais importante, já que a Mata reclamava uma parcela maior das riquezas de Minas às custas do Campo. Compreensivelmente, este conflito gerou mais hostilidade e controvérsia que uma nova capital, a qual, como alegavam os mudancistas, beneficiaria todas as zonas. Além disso, autonomia municipal colocaria a Mata não só contra o Campo, mas, em grande parte, contra o Sul, onde a alta do café ainda estava em sua fase inicial e onde a maior parte dos municípios era constituída de pobres, assim como aqueles do Campo.

Previsivelmente, ambas as partes justificaram suas posições pela invocação de seus deveres patrióticos a Minas e à República. Falando em nome do Campo, Afonso Pena declarou-se “morno” quanto à autonomia municipal, já que “as condições reais na maioria dos municípios mineiros tornam esta ideia impraticável e impatriótica”. Os matenses, de sua parte, foram vagos quanto ao poder tributário que deveria ser concedido aos governos locais, mas jamais chegaram ao ponto de sugerir que os municípios cafeeiros, e não o estado, devessem coletar os impostos de 11% sobre o café. Em vez disso, eles queriam uma maior participação nestes fundos, assim como tentaram um maior acesso às rendas provinciais no Império tardio. Em janeiro de 1890, o diretório de Juiz de Fora simplesmente declarou que “todos os mineiros comprometidos com a República esperavam que as relações federais entre Ouro Preto e a capital federal fossem recriadas entre os municípios e o estado⁹”. Esta premissa parte de uma “ideia federalista” dos históricos, foi obrigada a ser do agrado de todos os políticos das zonas mineiras mais abastadas, independente de seu grau de comprometimento com a ideologia republicana.

⁸ Ver *O Pharol*, setembro e outubro de 1890.

⁹ *O Pharol*, 10 de janeiro, 1890, p.1.

Com oito delegados a menos, a maioria deles aliados de Alvim, a Mata ainda estava em posição de forçar o assunto na Assembleia Constituinte. Isto porque os adesionistas do Centro, que receberam de braços abertos a transferência de poder e de recursos do Rio para Ouro Preto, dificilmente admitiriam que seus princípios republicanos não chegavam ao ponto de realizar uma nova restituição das prerrogativas do estado recém-conquistadas para os municípios. Até Afonso Pena admitiu que a “ideia” da autonomia municipal era fundamental para a forma republicana de governo. O Título II da Constituição, que tratava das administrações locais, definia os municípios como “livres e autônomos”, contudo, graças a Pena, não fazia menção à autoridade tributária dos mesmos.

Esta omissão fez da autonomia municipal uma lei para inglês ver, ao menos foi o que argumentou o senador Alves, de Juiz de Fora. Somente especificando estes poderes, ele explicou, “podemos perceber as aspirações de todos os republicanos genuínos e representantes da Zona da Mata”. Para este fim, propôs uma alteração no Título II que concedia aos municípios direito exclusivo de tributar transferências patrimoniais, indústrias e profissões. Falando em nome da maioria dos sulistas e daqueles do Campo, Silviano ofereceu sua própria alteração, que deixava a execução do Título II a cargo de futuras sessões da legislação regular.

Em contraste com o artigo 13, o debate que se seguiu baseou-se estritamente em interesses regionais. Alves alegava que o Campo queria a continuidade do financiamento da Mata para os municípios “decadentes e indolentes” de Minas. Gama Cerqueira, de Cataguases, preveniu-os de que em seu município – cuja contribuição de 500 contos para os cofres do Estado de Minas em 1888 gerou uma restituição de apenas 22 – um compromisso hesitante ao Título II libertaria o “temido fantasma da secessão”. Os apoiadores de Silviano levantaram o velho argumento de que a riqueza da Mata tinha sido gerada pela política ferroviária da Assembleia Provincial. Certamente, o compromisso com a autonomia municipal havia sido inscrito na Constituição, conforme argumentou um porta-voz do Campo. Mas, por enquanto, o governo deveria aplicar o Título II de forma “moderada”. Uma interpretação “extremista” “sacrificaria as aspirações do estado de Minas aos interesses egoístas de uma dúzia de municípios da Mata”. No final, a emenda de Silviano foi aprovada.¹⁰

¹⁰ Os legisladores da mata que pressionavam pela autonomia municipal são citados em *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes*, 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, p. 100-112, 365-67, 322-67.380-90, 431-35, 495, 500-01.

Ao longo dos próximos anos, as competências dos municípios foram definidas e redefinidas. Para acomodar a Mata, a primeira sessão ordinária do Legislativo (junho a novembro de 1891) sancionou uma lei que concedeu aos governos locais autoridade exclusiva de tributação sobre as operações e as atividades listadas na emenda de Alves. Os defensores da autonomia municipal também pressionaram por uma legislação que concedesse aos distritos a que pertence cada município o direito de eleger os órgãos executivos e de coletar os impostos concedidos aos municípios. Quando tal projeto de lei foi promulgado, em 1892, instaurou-se o caos administrativo. Ao admitirem que a “ideia federalista” havia sido levada longe demais, os matenses deixaram correr vários estatutos aprovados em meados da década de 1890 que aumentaram a autoridade do Agente Executivo do município. A Mata também foi a favor de travar outro abuso da autonomia municipal: a tributação em cima do comércio intermunicipal. Apesar dos esforços do Legislativo pela proibição destes impostos, eles só foram eliminados de vez em 1903, quando uma emenda constitucional reorganizou o governo municipal.

Superficialmente, parecia que as regiões haviam entrado em um acordo quanto à autonomia municipal, mas na verdade o Campo e os aliados sulistas de Silviano haviam sacrificado muito pouco por meio de suas concessões à Mata. O direito exclusivo de coleta e distribuição do Estado sobre as receitas do café de Minas continuavam insuficientes aos municípios. É verdade que Juiz de Fora e Leopoldina prosperaram sob o Título II, em que o orçamento da primeira aumentou de 54,7 para 401 contos entre 1889 e 1893. O motivo, no entanto, foi o crescimento do café, não uma transferência de riqueza do estado para os municípios. Quando uma praga de cólera varreu a Mata em 1895, a região tornou-se tão dependente do governo estadual quanto o Campo, uma dependência que aumentou quando a depressão econômica se instaurou, dois anos mais tarde.

Seria útil recapitular alguns pontos gerais sobre o regionalismo mineiro e as tendências específicas na década de 1890 destacadas pela controvérsia sobre a autonomia municipal, já que a praga de cólera obrigou a Mata a reverter sua posição. Primeiramente, legisladores de todas as zonas votaram estritamente de acordo com seus interesses regionais, o que não era o caso no tópico do mudancismo; mais uma vez, autonomia municipal significava repartição da riqueza entre as regiões, uma questão regional mais importante que uma nova capital. Em segundo lugar, a derrota da emenda de Alves na Assembleia Constituinte lembrou os matenses de que eles não poderiam fazer frente a todo o estado, assim

como os ouropretanos sabiam que não poderiam lutar contra o resto de Minas na questão do mudancismo.

Note-se também que o Sul deu o voto decisivo quanto à autonomia municipal, como o fez na maioria das questões regionais na década de 1890, a fim de conseguir apoio para sua emenda “concessiva”, o que deixou o regulamento do Título II a cargo do Legislativo. Silviano assegurou os matenses de que acreditava na “santidade do princípio republicano da liberdade municipal”, mas, fazendo eco a Afonso Pena, ele também os lembrou que a integridade de Minas era um princípio ainda mais “sagrado” que a própria República.¹¹ A questão é que quase um ano antes do levante de Campanha, Silviano demonstrava sua capacidade de manipular as regiões e seus homens de poder, competência que asseguraria a ele e a sua facção sulista a alavanca política outrora exercida pelo Centro.

A cólera eclodiu na porção sul da Mata em janeiro de 1895. Em seu auge, em fevereiro, a peste fechou o tráfego na ferrovia de Leopoldina, uma precaução necessária dado que a estrada de ferro trazia a doença da cidade do Rio de Janeiro para a região. A escassez de alimentos provocada pela suspensão do serviço instaurou o pânico: cataguasenses fugiram da cidade, e leopoldinenses instituíram o racionamento. Quando o Congresso Estadual foi convocado em abril, a Mata, desesperada, implorou ao governo que não deixasse passar os artigos constitucionais que deixariam o saneamento a cargo dos municípios. Sem qualquer objeção, o Legislativo passou uma lei que garantiria empréstimos a municípios isolados para promover melhorias na qualidade da água inadequada e na rede de esgoto das zonas urbanas, causa principal da rápida disseminação da doença, uma vez que a mesma atingiu a Mata. A segunda lei de saneamento, sancionada em 1896, estabeleceu uma comissão médica para proteger a Mata contra todas as doenças contagiosas, já que a febre amarela, a malária, a febre tifóide e também a cólera prevaleciam ali mais que em outras partes de Minas. Antes da epidemia diminuir, em meados de 1896, a doença já havia atingido 7.000 matenses e tirado quase 500 vidas.

E, portanto, a autonomia municipal na Mata transformou-se em um feito que acabou virando-se contra o feiticheiro. Ao discutir as leis sanitárias, porta-vozes do Campo alegaram que razões humanitárias compeliavam-lhes a desconsiderar a questão constitucional que, como eles bem lembraram à delegação da Mata, brotava do egoísmo da região (agora prostrada) na Assembleia Constituinte. Por trás destas declarações estava o princípio tácito da política de Minas: as questões regionais jamais devem ser decididas no melhor, porém exclusivo interesse de uma única

¹¹ *Annaes...*, p. 339.

zona. Além disso, a epidemia revelou a real dependência da Mata para com o estado, fato que se tornou ainda mais aparente quando os preços do café começaram a despencar em 1896. Em 1906, nem mesmo os abastados municípios de Juiz de Fora e Leopoldina tinham amortizado seus empréstimos estatais.

A epidemia de cólera desencadeou uma veemente, embora curta, campanha separatista na Mata a despeito da rápida ratificação dos projetos de saneamento. O motivo ostensivo para a propaganda de 1895-96 foi a lenta resposta do governo estadual à praga; o verdadeiro motivo foi a insatisfação dos matenses com Bias Fortes, o escolhido do PRC para o governo do estado em 1894, nomeado para aplacar o ainda poderoso Cesário Alvim. Enquanto a maioria dos políticos da Mata via nele alguém mais palatável que o candidato do próprio Alvim, Francisco Bernardino – que havia liderado a facção alvinista de Juiz de Fora –, os matenses desconfiavam que ele ainda estivesse ligado ao ex-governador. Essas suspeitas foram confirmadas pela autoria da petição por Alvim em que pedia empréstimos subsidiados pelo governo para lidar com a praga.

Todos os membros da segunda legislatura, eleitos em 1894, eram “oficialmente” e segundo as regras implícitas do PRC, anti-alvinistas. Na Câmara, portanto, a reação à petição tomou forma de um ataque direto contra Alvim. Raúl Penido, de Juiz de Fora, ligado ao antigo grupo dissidente, queria que a Comissão de Saúde Pública arquivasse os documentos e levasse em consideração um projeto de saneamento com base em relatórios da imprensa da Mata. O juizforano fez referência a Belo Horizonte, à imigração e aos erros cometidos contra o autor do relatório para apoiar a prerrogativa de que Alvim estava usando a epidemia para voltar ao poder. Tal esquema era “completamente imoral e nefasto”, concluiu Penido, “porque neste momento juizforanos estão morrendo nas ruas”¹². Por outro lado, Ribeiro Junqueira de Leopoldina, que não teve envolvimento na crise política de 1889-1891, minimizou os perigos do apoio de Alvim à petição. Segundo ele, era o mais convincente caso relatado a favor dos empréstimos municipais e deveria servir de guia ao Legislativo, quaisquer que fossem as reais motivações de Alvim. A petição foi adotada como modelo para a lei de saneamento de 1895 no lugar das objeções de Penido.

Na maior parte do tempo, a imprensa da Mata só mencionava Alvim em tom de lamento pelo fato de o auxílio para a região atingida depender do “personalismo” associado ao Império. Dois jornais, no entanto, o “Echo de Cataguazes” e “A Matta”, de Ubá, cuja primeira aparição data

¹² Annaes do Congresso de Minas Gerais, Congresso, Câmara dos Deputados, (Ouro Preto, 1895), 108-111.



de meados de 1895, exigiu a “secessão imediata da Mata” porque “o governo não havia respondido de modo adequado à epidemia”; ainda mais condenável, Bias estava permitindo que a politicagem influenciasse as leis de saneamento. Os dois jornais passaram à listagem das demais “antigas injustiças que induziam a Mata à revolução”: a “fraude” da autonomia municipal; o “brinquedo caro” em Belo Horizonte; e os custos da rede ferroviária atualmente em construção no Sul. “O Leopoldinense”, falando em nome do senador anti-alvinista Joaquim Dutra, concordou em apoiar o movimento “caso o poder público se recusasse a ajudar nossa região atingida”¹³. O jornal reiterou os argumentos do “Echo” e de “Matta”, mas omitiu as referências às ferrovias sulistas, provavelmente porque Dutra estava intimamente ligado a Silviano. A “Gazeta de Leopoldina”, fundada em 1895 por Ribeiro Junqueira aos 25 anos de idade, e que mais tarde derrotou Dutra em uma disputa pelo controle de Leopoldina, ainda estava se testando em terrenos políticos; a “Gazeta” permaneceu em silêncio a respeito da secessão, reportando apenas as baixas e os progressos do programa de saneamento de Leopoldina.

Em março de 1896, a praga havia recuado, período demasiado curto para que Alvim tirasse proveito político dela, e os dois jornais “revolucionários” desapareceram. Assim como os autores do levante de Campanha, os partidários da imprensa separatista – impossíveis de identificar, mas muito provavelmente remanescentes do grupo dissidente de Juiz de Fora – ameaçaram rebelar-se para provarem seu ponto político: a Mata não iria aprovar o retorno de Alvim para a cena política. Falando em nome de Dutra, “O Leopoldinense” admitiu jamais poder ter levado a ideia da secessão a sério. Levando em consideração a rápida resposta do Legislativo aos projetos de lei de saneamento, todos os atores envolvidos nessa crise eram culpados de explorarem a epidemia com fins políticos: Alvim, Penido, Dutra, o jovem e ambicioso Ribeiro Junqueira e os mais ferrenhos inimigos de Alvim na Mata que estavam pensando em secessão.

O verdadeiro significado da peste de cólera foi demonstrar a dependência da Mata para com o governo do estado em tempos de crise, fato exposto pela depressão econômica que se seguiu. Embora os políticos descontentes que instauraram o Partido Republicano Mineiro (PRM) em setembro de 1897 reavivassem a questão da autonomia municipal, seu objetivo era justificar a oposição a Silviano, como veremos a seguir.

Na medida em que os matenses estavam em posição vantajosa dentro do PRC a partir de 1893, a autonomia municipal foi, de qualquer forma, se tornando um ponto discutível. A Mata só tinha feito pressão

¹³ A imprensa separatista foi descrita nas edições de 31 de março, 17 e 24 de abril de *O Pharol*.



pelo Título II em 1891 para ter acesso a mais recursos do estado em detrimento do Centro. Na realidade, os líderes políticos da região tinham sido razoavelmente bem-sucedidos quanto a este objetivo.

No entanto, irritava ainda os matenses o fato da facção sulista de Silviano ter saído na frente dentro do PRC em meio ao calor da revolta de Campanha. Do ponto de vista da Mata, portanto, o realinhamento de poder, da zona mineradora para a cafeeira, permanecia incompleto. A resposta do governo do estado à declinante receita oriunda da coleta de impostos – uma consequência imediata da queda do preço do café, após 1896 – deu à Mata a oportunidade de contestar a dominação do Sul sobre o partido que abarcava todo o estado de Minas.

O PRC, o PRM e a política na Zona da Mata

Para entender como os matenses fizeram crescer sua influência na política estadual durante a depressão, precisamos analisar a dinâmica do mini-federalismo em maior profundidade. Isso ocorre porque o realinhamento de forças políticas entre as duas zonas cafeeiras estava ligado a uma disputa de poder intrarregional.

O sistema mineiro de negociação regional funcionava porque desfrutava de uma base de apoio entre os poderosos locais, os coronéis. Os líderes dos municípios estavam ligados aos chefões concorrentes, disputando influências a nível regional e estadual. Conforme descrevemos anteriormente, estas alianças cruzavam as linhas regionais e sobreviveram à ofensiva política das zonas cafeeiras. Em verdade, ao renunciar em 1892, Alvim assegurou a continuação do velho sistema, já que ele próprio era o único obstáculo à acomodação da dissidência regional de Juiz de Fora.

Assim como ocorrera durante o Império, estes acordos clientelistas e verticalizados funcionaram sem problemas em municípios onde uma facção política era mais forte, mas com frequência eclodiam focos de violência nos quais a liderança era seriamente contestada. Foi o caso de Ubá, base natal de Alvim. O dito “Massacre de Ubá” de 1893 merece atenção minuciosa, pois mostra como os coronéis e seus patronos consolidaram suas bases municipais sob a égide do PRC e como as disputas locais eram afetadas pelos chefões que, de Ouro Preto, dirigiam o partido.

Dois homens disputaram entre si o controle da comarca após a queda de Alvim: Carlos Peixoto de Melo, chefe do extinto Partido Conservador, e seu cunhado, Dr. Camilo de Moura Estevam, que liderava a facção dos históricos de Ubá. Outro poderoso líder ubaense, Coronel

Camilo Soares Peixoto de Moura, sobrinho de Peixoto de Melo e primo de primeiro grau de Moura Estevam, era o porta-voz da decadente facção conservadora de Peixoto.

Os históricos de Dr. Camilo assumiram a municipalidade após 15 de novembro, graças a uma acomodação com Alvim, que havia sido adversário político de Peixoto desde a década de 1870. A renúncia de Alvim e uma aliança com Carlos Vaz de Melo, primo de Peixoto e poderoso ex-liberal, anti-alvinista de Viçosa, convenceu o antigo líder conservador e seu sobrinho, Cel. Camilo, de que poderiam recuperar o controle. A chance deles veio em fevereiro de 1893, quando as duas facções lançaram chapas rivais para uma eleição local. Colocando mais lenha na fogueira desta rivalidade, o irmão caçula do Dr. Camilo, Marcelino, que também era um histórico, era genro de Peixoto.

Tão amarga fora a disputa que Dr. Camilo e Francisco Soares Peixoto, filho do Cel. Camilo, cercaram o posto eleitoral na Praça São Januário, no centro de Ubá, no dia da eleição, em 19 de fevereiro. Quando foi travada uma briga de punhos entre os dois homens, Cel. Camilo, em campanha na praça, precipitou-se posto eleitoral adentro e nocauteou Dr. Camilo com sua bengala. Mais dois filhos do Cel. Camilo entraram na confusão, Carlos, que esfaqueou Dr. Camilo com sua adaga, e Artur, que sacou uma pistola. Eis que surge João de Moura Estevam, irmão do Dr. Camilo, que tentou resgatar o líder dos históricos, ferido. Mas Artur atirou em João pelas costas. Desorientado, Dr. Camilo saiu em direção à praça. A esposa e a filha ainda tentaram arrastá-lo para casa, mas ambas fugiram quando Carlos e seu pai prosseguiram com a perseguição, disparando o revólver. Quando a fumaça baixou, Dr. Camilo e João estavam mortos, e o irmão deles, Genuíno, que também fora baleado na praça, havia sofrido ferimentos fatais.

Os quatro Soares de Moura foram defendidos por uma equipe de políticos-advogados, incluindo Luis Eugênio Horta Barbosa, de Juiz de Fora, um antigo aliado político de Peixoto, e os senadores estaduais Antônio Martins e Sabino Barroso. Martins estava ligado a Bias Fortes, enquanto Barroso, antigo conservador adesionista, controlava o Norte de Minas. Os réus tiveram suas penas suspensas.

Marcelino, o irmão sobrevivente de Dr. Camilo, continuou a enfrentar a facção Peixoto/ Soares de Moura. Mas seus esforços mostraram-se sem futuro porque Vaz de Melo, aliado de Peixoto, tinha poder demais dentro do PRC. Em 1894, Marcelino desafiou seu sogro nas urnas, mas somente para ver sua chapa oposicionista derrotada. Aos 25 anos, Carlos Peixoto Filho, herdeiro do real mandante do “Massacre de Ubá”, e que retornava da escola de direito, alegou ser ele o candidato

lógico para o cargo de Agente Executivo de Ubá; ele havia “declarado” seus princípios republicanos antes do golpe de novembro e não esteve pessoalmente envolvido nos acontecimentos de 19 de fevereiro. Peixoto Filho conquistou com facilidade o endosso do PRC para o cargo em 1896. Na verdade, com o líder dos históricos morto, a antiga facção liberal de Alvim há muito desacreditada e o filho de Peixoto no controle do PRC local, a vitória da antiga facção conservadora foi absoluta. A contenda familiar seguiu até a década de 1920 e levou a mais dois assassinatos, mas perdeu todo e qualquer conteúdo político.

Através da violência, a facção dos Peixoto/Soares de Moura consolidou seu poder em Ubá e na vizinha Rio Branco. Estes municípios, por sua vez, serviram como trampolim para propulsar os líderes políticos de Ubá a destaque estadual e nacional. Peixoto Filho foi para a Câmara Estadual e Federal. Protegido do presidente Afonso Pena, ele atuou como líder da maioria de 1906 a 1909, quando foi removido por seu papel em uma crise de sucessão presidencial. Raúl Soares de Moura, outro filho do Cel. Camilo, tornou-se governador de Minas em 1922¹⁴.

Os históricos de Ubá eram, sem dúvida, incomuns na medida em que não seriam ou poderiam ser cooptados por adesionistas. Isto, talvez, porque a contenda era uma vingança pessoal; ou quiçá uma acomodação entre alvinistas e facções anti-alvinistas seria impossível na cidade natal do antigo governador. Além disso, Moura Estevam era um verdadeiro histórico, ao contrário dos recrutas da última hora que concorreram em Leopoldina e Cataguases e que compartilhavam o poder com veteranos republicanos em Juiz de Fora. Os dirigentes superiores do PRC não gostavam de lidar com os republicanos pré-abolicionistas que eram geralmente politicamente mais fracos que os tipos da última hora e que ainda estavam associados a tais ideias “radicais” como nomeações partidárias abertas. Vale lembrar o breve histórico do Partido Católico, cujos membros compreendiam melhor as regras fundamentais do sistema político mineiro que os dissidentes que haviam antagonizado Alvim ao unirem-se a esta causa.

Outra regra da política mineira durante os anos do PRC era que os alvinistas tiveram que cortar os laços com seu patrono, fato ilustrado pela política em Juiz de Fora. De uma perspectiva regional, a renúncia de Alvim pode ter acabado com as únicas diferenças irreconciliáveis que existiam entre históricos e adesionistas, mas ela complicou a situação local. Isso porque Francisco Bernardino, o antigo governador escolhido a

¹⁴ As guerras das famílias de Ubá foi reportada em detalhe em *O Pharol*, de março a novembro de 1893.

dedo pelo presidente da intendência, tinha muito poder eleitoral em Juiz de Fora e ainda era fiel a Alvim.

O confronto entre pró e anti-bernardistas ocorreu três semanas após a renúncia de Alvim, quando Juiz de Fora realizou suas primeiras eleições municipais desde o golpe republicano. Na cidadela dos históricos, Bernardino foi eleito Agente Executivo, derrotando João Penido Filho, filho do deputado federal João Nogueira Penido, o recruta da última hora. Quando as eleições locais seguintes foram realizadas, em janeiro de 1893, Penido Filho derrotou o incumbido, mas não pelo fato da influência local de Bernardino haver declinado. Ao contrário, com Pena assegurado no gabinete do governador e Silviano como secretário do interior (o que lhe dava controle sobre a polícia), a “situação” anti-alvinista em Ouro Preto estava em melhor condição de determinar o placar final do que havia estado no ano anterior.

Mas a carreira política de Bernardino não havia terminado. Sua base forte e independente em Juiz de Fora e seus princípios “conservadores”, que o PRC definia como “monarquistas”, convenceu o ainda influente Alvim a apoiá-lo para o cargo de governador de Minas no final de 1893. Quando o PRC nomeou Bias, Bernardino concorreu de forma independente, alegando que Pena havia “subvertido” a autonomia municipal. Em uma das poucas eleições para o governo mineiro, durante a República Velha, cujo resultado foi contestado, o juizforano foi derrotado no voto por Bias, por 44.439 a 30.489. O controle de Silviano sobre a polícia teve, novamente, um papel no resultado. Na seqüência, Bernardino se desligou de Alvim, entrou para o PRC e foi eleito para a Câmara Federal.

O novo partido reconheceu a hegemonia política do clã Monteiro/Galvão de São Martinho, em Leopoldina, e da família Vieira, em Cataguases, garantindo assim seus próprios interesses nestes municípios da Mata. O apadrinhador de Leopoldina foi o Cel. Manuel Lobato Galvão de São Martinho, tio do senador Joaquim Dutra, um republicano de última hora. Em Cataguases, os históricos locais estavam vinculados a Alvim por Gama Cerqueira, vice-governador de Alvim. A influência de Gama Cerqueira caiu assim que Pena tomou posse, em julho de 1892, mas em Cataguases ele conseguiu impor sua própria candidatura como Agente Executivo, em dezembro. No entanto, sua facção pró-alvinista perdeu a eleição seguinte para o cargo (1895), graças ao apoio do PRC a Astolfo Dutra Nicácio, cunhado de Joaquim de Dutra. Dutra Nicácio devia sua eleição a seu avô, Cel. Joaquim Vieira, o forte líder da comarca que, como Peixoto em Ubá, era um antigo conservador anti-alvinista.

Para resumir, o sistema político de Minas sofreu mudanças notavelmente pequenas entre o golpe republicano e meados da década de 1890. Se o objetivo inicial do PRC era unir a delegação federal do estado, dentro de Minas o partido fez o mesmo que os partidos monarquistas e o PR de Alvim haviam feito: monitorou o mini-federalismo ao dividir os espólios políticos e econômicos do estado entre os chefes regionais que, por sua vez, distribuíram essas recompensas entre os coronéis. A única diferença foi que a Mata recebeu uma parcela maior que anteriormente.

No entanto, os ambiciosos políticos que estavam surgindo nas regiões a todo momento desafiavam os porta-vozes centrais das próprias zonas. Com essa finalidade, eles também forjaram alianças interregionais, como fizeram os consagrados chefões que precisavam defender suas bases natais. Por um lado, estes acordos, assim como os pactos entre coronéis e líderes do PRC, ajudaram a manter de pé o mini-federalismo por tornarem todos os candidatos políticos dependentes do apoio de fora de suas próprias zonas. Por outro lado, as ascendentes estrelas políticas muitas vezes se aproveitaram para explorar queixas regionais com o fim de aumentarem seu poder dentro de suas próprias zonas.

De fato, o papel da Mata na fundação do terceiro partido estadual de Minas, o famoso PRM, nasceu de uma luta intrarregional como esta. O confronto colocou os consagrados líderes políticos da região, que eram clientes de Silviano, contra um rival, a facção anti-silvianista, que tentava estender sua influência a nível regional. Esta rivalidade, como a disputa entre Alvim e Vaz de Melo, esteve ligada à questão mais ampla do equilíbrio de poder entre as zonas. Mas esse fato não se tornou evidente até a lei sobre o imposto territorial dar aos anti-silvianistas da Mata a chance de obter controle em sua própria região, bem como de desafiar o domínio do Sul sobre o partido estadual.

O PRM surgiu de uma cisão no PRC provocada por legisladores anti-silvianistas em uma convenção política presidida por Silviano em Ouro Preto, em setembro de 1897. A ordem do dia da reunião incluía a nomeação do chefe sulista como candidato do PRC ao governo do estado e a postura que o partido deveria tomar em relação ao conflito no Rio entre o presidente Prudente de Moraes e Francisco Glicério, líder da maioria da Câmara Federal. Em pauta estava a oposição de Glicério às aspirações presidenciais do paulista Campos Sales, candidato de Prudente tacitamente apoiado por Silviano. O líder da maioria e seu Partido Republicano Federal (PRF) na realidade desafiavam o sistema estatal em emergência; a suposta “política dos governadores” por meio da qual os candidatos presidenciais eram pré-selecionados pelo presidente da sessão e pelos governadores dos estados líderes ao invés de passarem por convenções abertas. Trinta e cinco dos 100 delegados do PRC pareceram

simpatizar com Glicério quando insistiram que a questão nacional deveria ser debatida antes da convenção nomear Silviano.

Para nossos fins, o ponto importante é que Glicério estava ligado a Floriano e, através do ex-presidente, aos veneráveis históricos de Juiz de Fora; Fernando Lobo foi o candidato do PRF à vice-presidência em 1898. Os manifestantes ainda resgataram a antiga demanda dos dissidentes de que as nomeações do partido para cargos eletivos deveriam surgir a partir dos municípios. Rejeitados por Silviano e Vaz de Melo em ambas as questões – na pauta do dia e nos procedimentos de nomeação do PRC –, os 35 dissidentes emperraram a convenção.

A facção de oposição, que se auto-intitulava PRM, não estava mais motivada por verdadeiras convicções ideológicas que o antigo grupo de Juiz de Fora, mas uma conotação evidentemente regional era a causa do cisma. Sete dos oito deputados da Mata estavam entre os manifestantes, como estava Ribeiro Junqueira de Leopoldina, oficialmente representando o Sul. Em realidade, o PRM falou em nome de políticos que ansiavam por contornar um Comitê Executivo dominado por Silviano e sua facção sulista.

O momento deste cisma do PRC é importante. Os preços do café vinham caindo há meses, mas a crise de superprodução ainda estava em sua fase inicial. É verdade que Ribeiro Junqueira pedia uma estrutura tributária mais “justa” em fins de 1897, o que sugere que ele não concordasse em se aproveitar da aflição dos fazendeiros para seus próprios fins políticos. Por outro lado, os manifestantes da Mata atribuíram a decisão de emperrar o PRC estritamente ao compromisso deles com os princípios republicanos, exatamente como haviam feito os dissidentes de Juiz de Fora sete anos antes. Não foi até a revolta de tributária de 1899 que os políticos da Mata sugeriram que a hostilidade fundamental deles para com Silviano havia brotado da preponderância do Sul no sistema mini-federalista. Na verdade, os alvos imediatos dos deputados da Mata eram os dois senadores silvianistas da própria região, Joaquim Dutra e Necésio Tavares. Para complicar ainda mais a dimensão regional da disputa, o PRM original incluía vários antigos alvinistas do Centro que eram também inimigos políticos de Silviano.

No final, o PRM foi facilmente cooptado. Uma reunião conciliatória das duas facções nomeou Silviano e Campos Sales, mas adotou o nome e os estatutos do grupo de oposição. O PRM sucedeu formalmente o PRC em uma convenção realizada na recém-inaugurada capital, em dezembro. O Comitê Executivo “acordado”, que incluía membros de ambas as facções, facilmente contornou a cláusula que permitia aos municípios escolher seus próprios porta-vozes de partido; o que foi feito pelo reconhecimento de

duas delegações rivais que neutralizaram delegados “inaceitáveis”(anti-silvianistas) enviados por diretórios locais. Com os anti-silvianistas representados no Comitê Executivo de fusão, os membros originais do PRM calmamente ignoraram o tema do PRF de Glicério e a ainda menos atraente questão dos procedimentos de nomeação.

Mas Silviano não tinha intenção alguma de sacrificar seus aliados da Mata em favor dos anti-silvianistas regionais que haviam se juntado ao PRM original. Mais importante, após a tomada de posse como governador, em setembro de 1898, ele e seus aliados sulistas estavam em posição ainda melhor de definir os termos do mini-federalismo que antes do cisma do PRC – conforme sugere a aprovação do imposto territorial a despeito das objeções da Mata. Antes mesmo de olhar com atenção como os anti-silvianistas da região exploraram a questão para obterem mais poder a níveis regional e estadual, vale lembrar a carreira de Ribeiro Junqueira, de Leopoldina, talvez o maior e mais forte inimigo matense de Silviano.

Em 1892, aos 22 anos, Ribeiro Junqueira voltou da Escola de Direito de São Paulo para Leopoldina para lançar sua carreira política. Ele possuía boas qualificações para entrar na vida pública: sua mãe era uma Monteiro de Barros, família que assentou no município na década de 1840. Em 1893, tornou-se promotor público e, dois anos mais tarde, elegeu-se à Câmara Estadual do Sul graças à influência dos Ribeiro Junqueira e dos Andrade Botelho, ambos centrados no importante município sulista de Lavras; o pai e a noiva do deputado faziam parte, respectivamente, das duas famílias.

Mas as aspirações políticas de Ribeiro Junqueira foram frustradas por seu primo (do lado materno), o senador Joaquim Dutra, que era também o Agente Executivo de Leopoldina. Dutra e seu cunhado, Astolfo Dutra Nicácio, chefiaram a facção silvianista no sudeste da Mata. Antes de desafiar o senador, o jovem deputado passou dois anos desenvolvendo uma base independente em Leopoldina. A “Gazeta”, fundada por ele em 1895, relatou com riqueza de detalhes suas palestras “sobre temas gerais de importância econômica e política” na Associação Agrícola de Leopoldina¹⁵. Pouco antes de Ribeiro Junqueira e Dutra serem chamados a Ouro Preto para participar da convenção do PRC em 1897, o Cel. Manuel Lobato, principal chefe da comarca, endossou um sobrinho em particular (Ribeiro Junqueira) ao invés do outro (Dutra) nas eleições que se seguiam. O oponente usou a “Gazeta” para anunciar sua própria

¹⁵ A história de Ribeiro Junqueira foi coletada nos primeiros onze volumes da *Gazeta de Leopoldina*, entre 1895-1906. O jornal cobre, com riqueza de detalhes, o cisma do PRC, o surgimento do PRM e do Partido de Lavoura, tudo de seu próprio ponto de vista.

candidatura ao cargo de Agente Executivo, acusando o incumbido de ineficiência e corrupção.

Foi graças a sua esmagadora maioria nos distritos rurais (feudos políticos do Cel. Manuel) que Ribeiro Junqueira venceu as eleições. Em Ouro Preto, contudo, a disputa entre os maiores rivais de Leopoldina era uma outra questão, uma vez que Silviano ainda tratava o senador Dutra, aliado seu desde meados da década de 1880, como o principal porta-voz do sudeste da Mata. Ao acusar o chefe sulista de apoiar os políticos “mais fracos e menos representativos” de Leopoldina para assegurar sua própria influência em assuntos locais, Ribeiro Junqueira juntou-se à facção original do PRM quando esta rompeu com o PRC, em setembro de 1897. O jovem deputado, que não era ligado ao antigo grupo dissidente em Juiz de Fora, continuaria a elogiar as normas políticas do PRC de “conciliação e moderação” até maio de 1897, o que leva a pensar que ele não havia refletido sobre os procedimentos de nomeação até seu confronto com Dutra e Silviano. Em vez disso, ele pedia a transferência de poder para os municípios, pois ele próprio estava no controle do seu, e Silviano recusava-se a reconhecer tal fato.

Por um curto espaço de tempo, Ribeiro Junqueira apoiou o PRM “acordado” com Silviano, que havia sancionado o princípio da escolha local de delegados para as convenções partidárias. Mas a contínua influência de Dutra com o governador eleito tornava uma reconciliação entre os primos impossível. Ciente do real poder do deputado em um dos mais ricos municípios de Minas, Silviano não fez uso do estratagema de reconhecer as delegações duplicadas de Leopoldina – tática que usou para neutralizar facções anti-silvianistas da maioria dos municípios. Isso tranqüilizou Ribeiro Junqueira. A “Gazeta” admitiu que enquanto o “subterfúgio” das delegações duplicadas minava o “espírito” do PRM em muitas localidades, o respeito que Silviano nutria pela democracia em Leopoldina “é um bom presságio para o PRM”. Em novembro de 1898, no entanto, a “Gazeta” voltou a confirmar sua “hostilidade completa” pela “situação”, uma vez que o PRM nomeou um dutrista para desafiar a aposta do deputado em um segundo mandato, desta vez da Mata. Concorrendo pela “oposição”, Ribeiro Junqueira ganhou com facilidade.

A contenda se intensificou em meados de 1899 quando Silviano escolheu o senador Dutra como candidato do PRM a deputado federal um amargo movimento de protesto regional detonado pela Lei de Imposto Territorial. Mas, finalmente, foi 1899, e não a suposta incompetência de Dutra, que deu a Ribeiro Junqueira a chance de acertar as contas com seus inimigos.

A história do imposto territorial é um capítulo importante na história econômica da Zona da Mata e do regionalismo em Minas Gerais¹⁶. Vai muito além do assunto em questão: a ascensão de Ribeiro Junqueira e as origens do PRM – de fato, vai além do escopo deste ensaio, centrado na história política. Basta dizer aqui que a solução de Silviano para uma crise orçamental provocada pela diminuição das receitas fiscais das exportações de café foi uma redução de 2% dos 11% de imposto de exportação – algo que os fazendeiros queriam desesperadamente – juntamente com um imposto sobre a terra com base no real valor de mercado das propriedades individuais – ao qual os fazendeiros se opunham veementemente. Quando Silviano insistiu para que edifícios e máquinas fossem incluídos nas avaliações de propriedade – a suposta cláusula das benfeitorias –, cafeicultores de fato se rebelaram. Em 20 de outubro de 1899, 2.300 manifestantes exaltados reuniram-se no Teatro Municipal de Juiz de Fora para tomar medidas contra a nova lei. Para evitar a completa desintegração da Mata, os fazendeiros insistiram para que Silviano adiasse a cobrança do imposto territorial para o ano de 1900, mas mantivesse os 9% de imposto de exportação. O congresso estadual, insistiam os cafeicultores, deveria também revisar a lei em sua próxima sessão mediante a supressão da cláusula de benfeitorias.

O congresso de Juiz de Fora apresentou duas opções a Silviano, ambas desagradáveis. Se ele suspendesse o imposto agrário por um ano que fosse, estaria minando sua própria política de austeridade fiscal. Por outro lado, ao rejeitar a petição, corria o risco de incitar revolta aberta na Mata. Os anti-silvianistas, incluindo Ribeiro Junqueira, já estavam organizando o Partido de Lavoura e Comércio, que prometia resistência aberta caso Silviano ignorasse as exigências da Mata.

Silviano cedeu quatro dias mais tarde, concordando em adiar e revisar a lei, mas mantendo o corte nos impostos de exportação. A eufórica imprensa de Juiz de Fora foi inundada de telegramas de congratulação de todos os municípios da região. Para nossos fins, o importante é que, ao forçar a difícil cláusula das benfeitorias, Silviano havia dado a seus inimigos da Mata a chance de criar um movimento político de base regional.

Alguns poucos históricos inconformados e antigos alvinistas juntaram-se ao novo partido, mas este era dominado por políticos matenses como Ribeiro Junqueira, que simplesmente não conseguiam o aval de Silviano. O jovem e ambicioso Antonio Carlos de Andrada organizou a filial local em Juiz de Fora, e Gama Cerqueira, o alvinista,

¹⁶ Dedico várias páginas à disputa pela Lei Fiscal de Terras no capítulo que trata da crise da economia cafeeira a Mata na virada do século: ver BLASENHEIM, op. cit., p. 207-226.

liderou o partido em Cataguases. Em Leopoldina, onde, graças ao apoio do Silviano, a fama de Dutra recusava-se a morrer, Ribeiro Junqueira e Cel. Manuel Lobato organizaram a vertente mais forte do partido no estado.

Os lavouristas ganharam sete assentos da Mata e do Triângulo (onde também tinham algumas bases locais) nas eleições federais, em dezembro de 1899. Mas Leopoldina foi a única comarca completamente dominada pela oposição. A vitória do lavourista Ildefonso Alvim em cima de Dutra na disputa de 1899 efetivamente minou a facção silvianista local, embora Ribeiro Junqueira fosse seguir enfrentando Astolfo Dutra na vizinha Cataguases por mais uma década.

Silviano morreu em exercício em 1902, o que abriu caminho para a reconciliação de Ribeiro Junqueira com o PRM; o que foi organizado em março por Francisco Sales, o governador eleito sulista. O chefe de Leopoldina explicou sua mudança de atitude referindo-se a “novos elementos de democratização no âmbito do PRM”. Na verdade, com Silviano fora de cena, não havia motivo para opor-se ao partido estadual. Sua esposa tinha relações de parentesco com Sales, através dos Andrade Botelho de Lavras, e os dois políticos tinham uma intimidade de anos. Também, ao contrário de Silviano, Sales não havia acumulado qualquer dívida política durante a turbulenta década de 1890. O novo governador saudou não só Ribeiro Junqueira, mas todos, salvo os alvinistas mais extremistas do PRM. Compreensivelmente, a facção alvinista de dentro do Partido Agrícola sentiu-se traída pela deserção de Ribeiro Junqueira. “O Pharol”, descaradamente comprado por Alvim em 1897, acusava-o de oportunismo, traição e corrupção, sendo esta acusação baseada em um contrato do governo por uma feira de gado concedida a Leopoldina naquele mesmo mês em que ele havia voltado para o PRM.

Depois de se unir ao partido estadual, Ribeiro Junqueira virou o protótipo de um chefe regional. Em 1903, elegeu-se para a Câmara Federal, onde obteve a reputação nacional de especialista em política do café e serviu na Comissão Executiva do PRM após 1909. Como outros importantes chefes regionais, dominou completamente sua base em Leopoldina, onde fundou uma cooperativa de laticínios, um banco e uma companhia elétrica; com sua família, controlou a política local até sua morte, em 1946.

Para se garantir, Ribeiro Junqueira dividiu o poder com outros chefões da Mata durante a República Velha. Em 1909, ele ficou em paz com Astolfo Dutra, que se tornou líder da maioria da Câmara Federal. Enquanto os dois chefes controlavam a porção sudeste da Mata, Antônio Carlos, companheiro lavourista de Ribeiro Junqueira, dominava Juiz

de Fora; ele se elegeu governador em 1926. Artur da Silva Bernardes, que herdou Viçosa de seu sogro Vaz de Melo, e Raúl Soares, de Ubá, dominaram as regiões central e norte da Mata. Bernardes tornou-se governador em 1918, e Soares o sucedeu quatro anos mais tarde, quando o chefe de Viçosa passou para a presidência nacional.

A gama de serviços realizados por matenses após 1918 sugere que a Mata se virou para conseguir concessões políticas do Sul na esteira da acomodação dos lavouristas. De fato, Ribeiro Junqueira e seus aliados “oposicionistas” desempenharam o mesmo papel no sistema de negociação regional mineiro que o grupo de Juiz de Fora em 1890. Ambas as facções com bases regionais queriam mais controle no partido estadual, razão pela qual ambos desapareceram quando a “situação” cedeu a esta demanda. Além disso, as causas que levaram os lavouristas a se agruparem – as práticas “anti-democráticas” do PRM e a resposta inadequada de Silviano à crise do café – eram pretextos para justificar a ofensiva política da Mata tanto quanto a briga pelos procedimentos de nomeação haviam sido em 1890. O PRM ainda era governado de cima para baixo após 1902 e, naquele ano, a economia cafeeira estava pior do que nunca.

É impossível dizer exatamente quando o poder cambiou do Sul para a Mata, mas datamos a transição aqui a partir de 1904, quando Sales fez sua famosa turnê da Mata para acolher os lavouristas de volta ao rebanho e incentivar a incipiente agroindústria econômica. Dali pra frente, os matenses passaram a ocupar os cargos ocupados pelos mineiros nos níveis estadual e federal com cada vez mais frequência. Parece seguro dizer que a Mata interpretou a viagem de Sales como afirmação de que, dali em diante, os interesses de ambas as zonas de café teriam representação praticamente igual no PRM, o que de fato era verdade.

Para habilitar este ponto, o Sul teve uma ligeira vantagem sobre a Mata, mas somente até que Bernardes se tornasse governador, em 1918. Os sulistas ocuparam o gabinete do governador quase ininterruptamente entre 1898 e 1918, um privilégio desfrutado pelos matenses pelo restante da República Velha. Vale lembrar também que a predominância da Mata teve vida curta. No momento em que Bernardes chega ao Palácio da Liberdade, a economia cafeeira já estava em declínio acentuado, e Belo Horizonte já ultrapassava Juiz de Fora para se tornar o centro comercial e econômico do estado. Nem os municípios rurais, convertidos à pecuária leiteira, nem a capital regional estavam estagnando, mas em fins de 1920, o poder político já cambiava de volta de ambas as zonas cafeeiras para o Centro.

Em larga medida, o reajuste de forças políticas durante a crise econômica explica porque o PRM não foi desafiado por facções políticas

regionais durante toda a República Velha. Uma vez que as zonas cafeeiras haviam resolvido suas diferenças, os mineiros puderam concordar quanto aos méritos das reivindicações de cada região aos recursos estaduais. Isto significava que o PRM estava em melhores condições de fiscalizar o mini-federalismo que o PRC.

Ademais, a determinação dos mineiros de clamar em uma só voz no Rio foi um incentivo a mais para resolverem suas contendas regionais depois de 1899, bem à maneira do início da década de 1890. Em 1893, os fundadores do PRC quiseram evitar intervenções federais em assuntos mineiros. Agora, o estado precisava dos recursos da União para lidar com a crise econômica. E para fortalecer a influência mineira no Rio, os chefões regionais concederam mais controle ao governador sobre o PRM. Por fim, o “rebanho de ovelhas” do PRM, a maior delegação no legislativo nacional, propulsou Minas a um papel de liderança na República Velha, um privilégio compartilhado com o abastado estado de São Paulo.

Dito isto, vale lembrar que acontecimentos políticos em casa já abriam caminho para a unidade mineira no Rio antes mesmo dos interesses econômicos das regiões começarem a convergir. Esta é uma descoberta importante deste artigo, pois sugere que a ofensiva política das zonas cafeeiras foi o primeiro em uma cadeia de eventos que levaram Minas a estabelecer a força que teria dentro da República Velha. A melhor maneira de esclarecer este ponto é recapitulando os temas principais deste ensaio.

A Revolução Republicana deu à Mata e ao Sul a chance de quebrar a hegemonia política da zona mineradora. Com este fim, desafiaram o controle do Centro sobre o partido estadual e pressionaram por uma nova capital mineira. Estas eram reivindicações legítimas das zonas mais ricas de Minas, e elas foram atendidas a contento das regiões cafeeiras. A Mata pediu também autonomia municipal para manter as receitas do café nos municípios cafeeiros, mas isto teria privado o Campo de sua parcela da riqueza mineira. Foi por isso que a autonomia municipal, inscrita na constituição estadual, ficou só no papel, um fato sublinhado pela dependência da Mata para com o estado após 1895, quando a cólera se espalhou e a depressão do café se instaurou. Em suma, todos os conflitos regionais desencadeados pela República foram solucionados nos melhores interesses do estado.

O realinhamento de forças regionais fortaleceu o sistema de acomodação regional mineiro por ser há muito aguardado e por haver forçado mineiros a reafirmar suas lealdades estaduais. Foi mais fácil, assim, para a Mata e o Sul reconciliarem suas diferenças pendentes quando a queda do café fez da unidade política uma prioridade de

urgência. Além disso, a dinâmica de poder deslocada do Centro para o Sul e a Mata aguçou a capacidade de negociação que permitiu que Minas dominasse a República Velha uma vez que a unidade política em casa tivesse sido alcançada.

Ao descrever as causas e conseqüências das convulsões políticas dos anos 1890, este ensaio analisou também os fatores que verificaram os movimentos regionais e mantiveram o estado unido: a relação entre coronéis e líderes “situacionistas” e a dependência de todos os políticos para com os aliados provenientes de outras zonas; o simples fato de que o governo estadual controlava a polícia; e, após o início da depressão, os recursos federais que todas as regiões conseguiram por meio da unidade política.

O comportamento político dos mineiros pode também ser atribuído a fatores culturais, deliberadamente menosprezados aqui pelo fato de diversos historiadores haverem anteriormente explorado esta perspectiva. Convém salientar, contudo, que o mineirismo era profundamente enraizado na história comum dos mineiros, nos valores sociais conservadores que todos eles compartilhavam e nos fortes laços familiares que cruzavam as fronteiras regionais. A lealdade à Minas, portanto, trazia não somente benefícios econômicos e políticos tangíveis, mas profundas recompensas psicológicas.

De fato, em última análise, o sistema de negociação regional mineiro prevaleceu por ser legítimo. Todos os políticos mineiros acreditavam no mini-federalismo, não importa o quão extensa fosse sua influência e se eram vencedores ou perdedores em suas disputas pessoais pelo poder. Decerto, como vimos, a nível estadual, o partido fez uso da corrupção e da coação sempre que pôde. Mas Minas era pobre e grande demais para que a “situação” recorresse somente a tais táticas. Simplesmente não havia patronato econômico e político suficiente para todos. A distribuição regional dos recursos foi, de fato, a única questão política significativa em um estado dominado por uma elite coerente e conservadora, cujo poder era inquestionável. Quanto à milícia, que somava cerca de 2.000 homens em meados da década de 1890, ela era fraca demais para policiar o estado de forma eficaz. Era por isso que a “situação” estava sempre a procurar a facção mais poderosa de cada município para representar seus interesses.

Tais condições dão conta de explicar porque os mineiros geralmente entravam em consenso quanto ao controle do partido de cima para baixo. Era a única forma sensata de governar um estado de tal porte. Para se garantirem, os “oposicionistas” queixavam-se dos arrogantes procedimentos do PRC e do PRM, e foi para provar esta questão que se aliaram aos “puristas” republicanos politicamente inseqüentes.

Mas, uma vez ocupando a “situação”, eles jamais desafiaram a estrutura partidária vertical.

As demais regras implícitas do mini-federalismo aplicavam-se seletivamente a diferentes níveis da hierarquia política mineira. Facções de oposição nos municípios poderiam contestar eleições locais; foi assim que o partido estadual descobriu qual era a facção mais forte. Os principais líderes regionais que negociaram a transferência de poder entre as zonas cingiam-se ao princípio de que nenhuma região isolada monopolizaria os recursos do estado. A única regra explícita era aplicada pelo governador e aplicava-se a todos os políticos: lealdades regionais não deveriam, jamais, sobrepor-se aos melhores interesses de Minas.

A Zona da Mata em Minas Gerais, 1888-1904: As Dimensões Políticas

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v.36, n.01,
p. 121-161,
2013